

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	18
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	23
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	67

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	71
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	73
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	74
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	75

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	64.484
Preferenciais	88.177
Total	152.661
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2012	Ordinária		0,41890
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2012	Preferencial		0,41890
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2012	Dividendo	30/04/2012	Ordinária		0,32969
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2012	Dividendo	30/04/2012	Preferencial		0,32969

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	7.413.030	7.273.991
1.01	Ativo Circulante	1.812.888	1.737.605
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	173.748	151.021
1.01.03	Contas a Receber	1.493.973	1.449.016
1.01.03.01	Clientes	1.485.276	1.434.110
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.697	14.906
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Sec. da Fazenda	8.697	14.906
1.01.04	Estoques	51.060	50.044
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.029	7.840
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.029	7.840
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Compensar	7.029	7.840
1.01.07	Despesas Antecipadas	15.392	1.786
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	71.686	77.898
1.01.08.03	Outros	71.686	77.898
1.01.08.03.01	Crédito com controladas	98	3.291
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	529	529
1.01.08.03.03	Outros	71.059	74.078
1.02	Ativo Não Circulante	5.600.142	5.536.386
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.606.603	4.635.270
1.02.01.03	Contas a Receber	4.211.979	4.234.167
1.02.01.03.01	Clientes	3.349.404	3.423.417
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	862.575	810.750
1.02.01.04	Estoques	143.483	145.395
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.376	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.376	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	241.765	255.708
1.02.01.09.03	Benefício Fiscal do Ágio	111.871	119.079
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	65.613	61.886
1.02.01.09.05	Instrumentos Derivativos Financeiros	43.083	53.736
1.02.01.09.06	Outros	21.198	21.007
1.02.02	Investimentos	977.231	883.515
1.02.02.01	Participações Societárias	977.231	883.515
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	977.231	883.515
1.02.03	Imobilizado	8.210	8.655
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.210	8.655
1.02.04	Intangível	8.098	8.946
1.02.04.01	Intangíveis	8.098	8.946

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	7.413.030	7.273.991
2.01	Passivo Circulante	1.437.339	1.341.917
2.01.02	Fornecedores	30.718	48.781
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.718	48.781
2.01.03	Obrigações Fiscais	107.814	89.744
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	107.814	89.744
2.01.03.01.02	Tributos e encargos sociais a recolher	95.282	77.471
2.01.03.01.03	Impostos parcelados - Lei nº 11.941	12.532	12.273
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.075.141	861.689
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	891.766	693.472
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	886.762	692.677
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.004	795
2.01.04.02	Debêntures	183.375	168.217
2.01.05	Outras Obrigações	210.437	318.873
2.01.05.02	Outros	210.437	318.873
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	121.230	232.156
2.01.05.02.04	Valores a pagar - Fundação Cesp	6.304	6.244
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	33.271	27.497
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	23.449	27.226
2.01.05.02.07	Outros	26.183	25.750
2.01.06	Provisões	13.229	22.830
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.229	22.830
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	13.229	22.830
2.02	Passivo Não Circulante	1.345.065	1.392.640
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	998.635	1.042.869
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	607.925	653.233
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	335.553	372.835
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	272.372	280.398
2.02.01.02	Debêntures	390.710	389.636
2.02.02	Outras Obrigações	203.485	201.623
2.02.02.02	Outros	203.485	201.623
2.02.02.02.04	Obrigações Especiais - Rever/Amortização	24.053	24.053
2.02.02.02.05	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	145.158	145.236
2.02.02.02.06	Encargos Regulatórios a Recolher	34.274	32.334
2.02.03	Tributos Diferidos	39.774	46.316
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	39.774	46.316
2.02.03.01.01	PIS e COFINS Diferidos	39.774	44.334
2.02.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.982
2.02.04	Provisões	103.171	101.832
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	103.171	101.832
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.237	9.047
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	88.278	87.795
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.958	3.347
2.02.04.01.05	ANEEL	1.698	1.643
2.03	Patrimônio Líquido	4.630.626	4.539.434

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.01	Capital Social Realizado	1.162.626	1.162.626
2.03.02	Reservas de Capital	2.202.947	2.202.947
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	147.912	147.912
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	666	666
2.03.02.07	Subvenções para investimento – CRC	1.264.084	1.264.084
2.03.02.08	Remuneração das imobilizações em curso	633.053	633.053
2.03.02.09	Doações e subvenções para investimentos	150.489	150.489
2.03.02.10	Incentivos fiscais FINAM	6.743	6.743
2.03.04	Reservas de Lucros	1.173.257	1.173.861
2.03.04.01	Reserva Legal	232.525	232.525
2.03.04.02	Reserva Estatutária	116.263	116.263
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	30.472	31.076
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	762.648	762.648
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	31.349	31.349
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	91.796	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 31/03/2012	Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	442.629	461.822
3.01.01	Receita Operacional Líquida	442.629	461.822
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-117.581	-132.243
3.02.01	Custo dos Serviços de Construção e Operação e Manutenção	-117.581	-132.243
3.03	Resultado Bruto	325.048	329.579
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.590	-30.543
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-37.376	-30.516
3.04.02.01	Honorários da Administração	-1.402	-1.315
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-35.974	-29.201
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	611	860
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.223	-7.253
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	33.398	6.366
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	314.458	299.036
3.06	Resultado Financeiro	-51.342	-31.330
3.06.01	Receitas Financeiras	44.786	4.575
3.06.02	Despesas Financeiras	-96.128	-35.905
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	263.116	267.706
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-58.012	-61.862
3.08.01	Corrente	-69.371	-63.292
3.08.02	Diferido	11.359	1.430
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	205.104	205.844
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	205.104	205.844
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,34352	1,35576
3.99.01.02	PN	1,34352	1,35576
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,3215	1,32999
3.99.02.02	PN	1,3215	1,32999

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	205.104	205.844
4.03	Resultado Abrangente do Período	205.104	205.844

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 31/03/2012	Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	181.925	182.766
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	219.057	245.455
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	205.104	205.844
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.261	1.507
6.01.01.03	PIS e COFINS Diferidos	-4.560	1.621
6.01.01.04	Imposto de Renda e CS Diferidos	-11.359	-1.430
6.01.01.05	Provisão para Contingências	1.339	-1.669
6.01.01.06	Valor Residual do Ativo Perm. Baixado	65	4
6.01.01.07	Realização da perda em controlada em conjunto	-610	0
6.01.01.08	Amortização de Ágio	7.208	7.208
6.01.01.09	Juros e Var. Monet. e Cambial s/ Ativos e Passivos	54.007	38.736
6.01.01.10	Resultado da Equivalência Patrimonial	-33.398	-6.366
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-37.132	-62.689
6.01.02.01	Clientes	22.847	-37.348
6.01.02.02	Estoques	896	16.383
6.01.02.03	Valores a Receber - Secr. da Fazenda	-45.616	-25.620
6.01.02.04	Títulos e Contribuições Compensáveis	811	776
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	-3.727	-1.594
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-13.606	-11.428
6.01.02.07	Outros	6.021	22.808
6.01.02.08	Fornecedores	-18.063	-17.674
6.01.02.09	Tributos e Enc. Sociais a Recolher	17.811	-1.916
6.01.02.10	Impostos parcelados - Lei nº 11.941	-3.112	0
6.01.02.11	Encargos Regulatórios a Recolher	7.714	1.109
6.01.02.12	Provisões	-9.601	-6.978
6.01.02.13	Valores a Pagar - Fundação CESP	60	-322
6.01.02.14	Outros	433	-885
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-59.741	-94.987
6.02.01	Compras de Imobilizado	-33	-909
6.02.03	Investimentos	-59.708	-94.078
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-99.457	-8.996
6.03.01	Adições de Empréstimos	400.000	200.000
6.03.02	Pagamento de Empréstimos (Inclui Juros)	-274.619	-45.159
6.03.03	Dividendos Pagos	-224.838	-163.837
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	22.727	78.783
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	151.021	40.334
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	173.748	119.117

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.162.626	2.202.947	1.173.861	0	0	4.539.434
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.162.626	2.202.947	1.173.861	0	0	4.539.434
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-113.912	0	-113.912
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-50.332	0	-50.332
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-63.950	0	-63.950
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	370	0	370
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	205.104	0	205.104
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	205.104	0	205.104
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-604	604	0	0
5.06.04	Realização de Reservas de Lucros a Realizar	0	0	-604	604	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.162.626	2.202.947	1.173.257	91.796	0	4.630.626

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.119.911	2.231.779	1.212.145	0	0	4.563.835
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.119.911	2.231.779	1.212.145	0	0	4.563.835
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-181.308	-65.060	0	-246.368
5.04.06	Dividendos	0	0	-181.308	0	0	-181.308
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-65.693	0	-65.693
5.04.08	Dividendos prescritos	0	0	0	514	0	514
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	119	0	119
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	205.844	0	205.844
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	205.844	0	205.844
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-581	581	0	0
5.06.04	Realização da Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-581	581	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.119.911	2.231.779	1.030.256	141.365	0	4.523.311

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	515.087	532.095
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	514.476	531.235
7.01.02	Outras Receitas	611	860
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-91.417	-114.355
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-4.163	-1.707
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-87.254	-112.648
7.03	Valor Adicionado Bruto	423.670	417.740
7.04	Retenções	-1.261	-1.505
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.261	-1.505
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	422.409	416.235
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	78.184	10.941
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	33.398	6.366
7.06.02	Receitas Financeiras	44.786	4.575
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	500.593	427.176
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	500.593	427.176
7.08.01	Pessoal	50.389	36.209
7.08.01.01	Remuneração Direta	37.323	26.107
7.08.01.02	Benefícios	10.063	7.925
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.003	2.177
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	145.443	146.434
7.08.02.01	Federais	140.273	142.139
7.08.02.02	Estaduais	286	219
7.08.02.03	Municipais	4.884	4.076
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	99.657	38.689
7.08.03.01	Juros	96.109	35.868
7.08.03.02	Aluguéis	3.548	2.821
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	205.104	205.844
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	63.950	65.693
7.08.04.02	Dividendos	50.332	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	90.822	140.151

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	8.629.968	8.409.496
1.01	Ativo Circulante	1.921.027	1.837.765
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	208.432	207.295
1.01.03	Contas a Receber	1.561.213	1.489.700
1.01.03.01	Clientes	1.552.516	1.474.794
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.697	14.906
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Sec. da Fazenda	8.697	14.906
1.01.04	Estoques	51.068	50.052
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.964	11.326
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.964	11.326
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Compensar	10.964	11.326
1.01.07	Despesas Antecipadas	16.646	3.190
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	72.704	76.202
1.01.08.03	Outros	72.704	76.202
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.223	1.673
1.01.08.03.02	Outros	71.481	74.529
1.02	Ativo Não Circulante	6.708.941	6.571.731
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.692.452	6.553.949
1.02.01.03	Contas a Receber	6.290.404	6.145.777
1.02.01.03.01	Clientes	5.427.829	5.335.027
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	862.575	810.750
1.02.01.04	Estoques	143.483	145.395
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.376	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.376	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	249.189	262.777
1.02.01.09.03	Benefício Fiscal Ágio Incorporado	111.871	119.079
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	65.613	61.886
1.02.01.09.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	43.761	54.195
1.02.01.09.06	Outros	27.944	27.617
1.02.03	Imobilizado	8.332	8.784
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.332	8.784
1.02.04	Intangível	8.157	8.998
1.02.04.01	Intangíveis	8.157	8.998

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	8.629.968	8.409.496
2.01	Passivo Circulante	2.101.946	1.921.012
2.01.02	Fornecedores	55.121	83.056
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	55.121	83.056
2.01.03	Obrigações Fiscais	111.098	92.546
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	111.098	92.546
2.01.03.01.02	Tributos e encargos sociais a recolher	98.566	80.273
2.01.03.01.03	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	12.532	12.273
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.700.195	1.397.498
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.292.618	1.007.673
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.287.614	1.006.878
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.004	795
2.01.04.02	Debêntures	407.577	389.825
2.01.05	Outras Obrigações	221.765	324.635
2.01.05.02	Outros	221.765	324.635
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	121.230	232.156
2.01.05.02.04	Valores a Pagar - Fundação Cesp	6.304	6.244
2.01.05.02.05	Encargos regulatórios a recolher	34.774	28.824
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	23.449	27.226
2.01.05.02.07	Outros	36.008	30.185
2.01.06	Provisões	13.767	23.277
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.767	23.277
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	13.767	23.277
2.02	Passivo Não Circulante	1.897.396	1.949.050
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.319.902	1.373.900
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	929.192	984.264
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	656.820	703.866
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	272.372	280.398
2.02.01.02	Debêntures	390.710	389.636
2.02.02	Outras Obrigações	203.485	201.623
2.02.02.02	Outros	203.485	201.623
2.02.02.02.03	Obrigações Especiais - Rever/ Amortização	24.053	24.053
2.02.02.02.04	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	145.158	145.236
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	34.274	32.334
2.02.03	Tributos Diferidos	270.838	271.695
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	270.838	271.695
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	48.602	42.176
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	222.236	229.519
2.02.04	Provisões	103.171	101.832
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	103.171	101.832
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.237	7.608
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	88.278	89.234
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.958	3.347
2.02.04.01.05	ANEEL	1.698	1.643
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.630.626	4.539.434

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.01	Capital Social Realizado	1.162.626	1.162.626
2.03.02	Reservas de Capital	2.202.947	2.202.947
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	147.912	147.912
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	666	666
2.03.02.07	Subvenções para Investimento - CRC	1.264.084	1.264.084
2.03.02.08	Remuneração das Imobilizações em Curso	633.053	633.053
2.03.02.09	Doações e Subvenções para Investimentos	150.489	150.489
2.03.02.10	Incentivos Fiscais - FINAM	6.743	6.743
2.03.04	Reservas de Lucros	1.173.257	1.173.861
2.03.04.01	Reserva Legal	232.525	232.525
2.03.04.02	Reserva Estatutária	116.263	116.263
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	30.472	31.076
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	762.648	762.648
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	31.349	31.349
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	91.796	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	651.378	607.039
3.01.01	Receita Operacional Líquida	651.378	607.039
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-256.913	-255.737
3.02.01	Custo dos Serviços de Construção e Operação e Manutenção	-256.913	-255.737
3.03	Resultado Bruto	394.465	351.302
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-51.650	-42.006
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-45.038	-35.654
3.04.02.01	Honorários da Administração	-1.795	-1.586
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-43.243	-34.068
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	611	901
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.223	-7.253
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	342.815	309.296
3.06	Resultado Financeiro	-71.019	-37.272
3.06.01	Receitas Financeiras	48.499	7.586
3.06.02	Despesas Financeiras	-119.518	-44.858
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	271.796	272.024
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-66.692	-66.180
3.08.01	Corrente	-69.645	-63.593
3.08.02	Diferido	2.953	-2.587
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	205.104	205.844
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	205.104	205.844
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	205.104	205.844
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,34352	1,35576
3.99.01.02	PN	1,34352	1,35576
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,3215	1,32999
3.99.02.02	PN	1,3215	1,32999

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	205.104	205.844
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	205.104	205.844
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	205.104	205.844

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 31/03/2012	Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	40.425	27.710
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	277.657	269.979
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	205.104	205.844
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.269	1.513
6.01.01.03	PIS e COFINS Diferidos	-7.283	15.756
6.01.01.04	Imposto de Renda e CS Diferidos	-2.953	2.587
6.01.01.05	Provisão para Contingências	1.345	-1.669
6.01.01.06	Valor Residual Ativo Perm. Baixado	65	4
6.01.01.07	Realização da perda em controlada em conjunto	-610	0
6.01.01.08	Amortização do Ágio	7.208	7.208
6.01.01.09	Juros e Var. Monet. e Cambial c/ Ativos e Passivos	73.512	38.736
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-237.232	-242.269
6.01.02.01	Clientes	-169.917	-191.864
6.01.02.02	Estoques	896	16.383
6.01.02.03	Valores a Receber - Secr. da Fazenda	-45.616	-25.620
6.01.02.04	Tributos e Contrib. Compensáveis	362	933
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	-3.727	-1.594
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-13.456	-11.341
6.01.02.07	Outros	5.914	22.081
6.01.02.08	Fornecedores	-31.225	-15.847
6.01.02.09	Tributos e Enc. Sociais a Recolher	18.293	-2.029
6.01.02.10	Impostos parcelados - Lei nº 11.941	-3.112	0
6.01.02.11	Encargos Regulatórios a Recolher	7.890	1.171
6.01.02.12	Provisões	-9.517	-6.992
6.01.02.13	Valores a Pagar - Fund. CESP	60	-322
6.01.02.14	Outros	5.923	-27.228
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-41	-14.026
6.02.01	Imobilizado	-34	-917
6.02.02	Intangível	-7	0
6.02.03	Investimentos	0	-13.109
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-39.247	94.331
6.03.01	Adições de Empréstimos	473.467	312.871
6.03.02	Pgto. de Empréstimos (Inclui Juros)	-287.876	-54.703
6.03.03	Dividendos Pagos	-224.838	-163.837
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.137	108.015
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	207.295	54.983
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	208.432	162.998

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.162.626	2.202.947	1.173.861	0	0	4.539.434	0	4.539.434
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.626	2.202.947	1.173.861	0	0	4.539.434	0	4.539.434
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-113.912	0	-113.912	0	-113.912
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-50.332	0	-50.332	0	-50.332
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-63.950	0	-63.950	0	-63.950
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	370	0	370	0	370
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	205.104	0	205.104	0	205.104
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	205.104	0	205.104	0	205.104
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-604	604	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Reservas de Lucros a Realizar	0	0	-604	604	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.162.626	2.202.947	1.173.257	91.796	0	4.630.626	0	4.630.626

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.119.911	2.231.779	1.212.145	0	0	4.563.835	0	4.563.835
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.119.911	2.231.779	1.212.145	0	0	4.563.835	0	4.563.835
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-181.308	-65.060	0	-246.368	0	-246.368
5.04.06	Dividendos	0	0	-181.308	0	0	-181.308	0	-181.308
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-65.693	0	-65.693	0	-65.693
5.04.08	Dividendos prescritos	0	0	0	514	0	514	0	514
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio prescritos	0	0	0	119	0	119	0	119
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	205.844	0	205.844	0	205.844
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	205.844	0	205.844	0	205.844
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-581	581	0	0	0	0
5.06.04	Realização da Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-581	581	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.119.911	2.231.779	1.030.256	141.365	0	4.523.311	0	4.523.311

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	722.762	692.403
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	722.151	691.502
7.01.02	Outras Receitas	611	901
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-236.513	-241.757
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.855	-33.597
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-231.658	-208.160
7.03	Valor Adicionado Bruto	486.249	450.646
7.04	Retenções	-1.269	-1.513
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.269	-1.513
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	484.980	449.133
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	48.499	7.586
7.06.02	Receitas Financeiras	48.499	7.586
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	533.479	456.719
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	533.479	456.719
7.08.01	Pessoal	52.005	37.250
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.457	27.086
7.08.01.02	Benefícios	10.471	7.970
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.077	2.194
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	153.315	165.956
7.08.02.01	Federais	148.145	161.620
7.08.02.02	Estaduais	286	260
7.08.02.03	Municipais	4.884	4.076
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	123.055	47.669
7.08.03.01	Juros	119.446	44.819
7.08.03.02	Aluguéis	3.609	2.850
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	205.104	205.844
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	63.950	65.693
7.08.04.02	Dividendos	50.332	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	90.822	140.151

Comentário do Desempenho

Análise do resultado consolidado do trimestre findo em 31 de março

	Em milhares de reais				
	2012	%	2011	%	Variação 2012/2011
Receita operacional líquida	651.378	100	607.039	100,0	7,3
Custo dos Serviços de Construção e de Operação e Manutenção	(256.913)	39,4	(255.737)	42,1	0,5
Lucro Bruto	394.465	60,6	351.302	57,9	12,3
Despesas operacionais líquidas	(51.650)	7,9	(42.006)	6,9	23,0
Resultado financeiro	(71.019)	10,9	(37.272)	6,1	90,5
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	271.796	41,7	272.024	44,8	(0,1)
Imposto de renda e contribuição social	(66.692)	10,2	(66.180)	10,9	0,8
Lucro líquido do período	205.104	31,5	205.844	33,9	(0,4)

O **lucro bruto** da Companhia apresentou um acréscimo de 12,3% no 1T12, resultante do aumento na receita operacional líquida. A evolução no lucro bruto deve-se principalmente ao avanço nas obras e entrada em operação de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

A **receita operacional líquida** que teve um aumento de 7,3% no 1T12, é composta por variação de (i) 3,4% das receitas de construção, (ii) 6,2% das receitas de operação e manutenção; (iii) de 4,0% das receitas financeiras, e (iv) redução de 16,2% de deduções da receita operacional.

- (i) As **receitas de construção** totalizaram R\$ 213.430 mil no 1T12, comparada com R\$ 206.417 mil no 1T11, impactadas positivamente pelo avanço das obras da IEMadeira; e negativamente pela entrada em operação da controlada Serra do Japi, cujas obras foram concluídas no primeiro trimestre de 2012 e das controladas IESul e Pinheiros, cujas obras foram parcialmente concluídas durante o exercício de 2011.
- (ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$ 157.894 mil no 1T12, comparada com R\$ 148.692 mil no 1T11, devido a variação do IGPM do ciclo da Receita Anual Permitida - RAP de 2010/2011 para 2011/2012.
- (iii) As **receitas financeiras**, oriundas dos contratos de concessão, somaram R\$ 345.518 mil no 1T12, comparada com R\$ 332.190 mil no 1T11, refletindo a remuneração do saldo de contas a receber (ativo de concessão), que teve variação positiva de 2,5%.
- (iv) As **deduções da receita operacional** atingiram R\$ 70.773 mil no 1T12 e R\$ 84.463 mil no 1T11, representado por tributos e encargos, que reduziram 16,2% em decorrência da alteração na alíquota de PIS e COFINS das controladas IEMG e Serra do Japi, em decorrência da mudança do regime tributário de lucro real para lucro presumido.

Os **custos de construção e de operação e manutenção** tiveram aumento de 0,5%, alcançando R\$ 256.913 mil no 1T12 frente aos R\$ 255.737 mil no 1T11, devido, substancialmente, ao crescimento de 58,1% dos gastos com materiais e serviços, refletindo o avanço das obras da IEMadeira, compensado pela redução de 55,1% desses gastos devido a entrada em operação da controlada Serra do Japi, cujas obras foram concluídas durante o primeiro trimestre de 2012 e das controladas IESul e Pinheiros, cujas obras foram parcialmente concluídas durante o exercício de 2011.

Comentário do Desempenho

As **despesas operacionais líquidas** tiveram aumento de 23,0% alcançando R\$ 51.650 mil no 1T12 comparada com R\$ 42.006 mil no 1T11, devido ao crescimento de 32,1% das despesas de pessoal em decorrência, substancialmente, do dissídio coletivo de 7,5%, concedido em julho de 2011 e do crescimento de 20,1% das despesas de serviço de terceiros, em decorrência do avanço das obras da controlada IEMadeira.

A margem **EBITDA** foi de 53,8%, totalizando R\$ 350.696 no 1T12 em comparação a 52,3%, R\$ 317.161 mil no 1T11.

O **resultado financeiro** atingiu despesa de R\$ 71.019 mil no 1T12 apresentando aumento de 90,5% em relação a R\$ 37.272 mil no 1T11 devido a maior alavancagem financeira. O saldo médio dos empréstimos e financiamentos no 1T12 é de R\$ 2.895.748, em comparação a R\$ 1.640.722 no 1T11.

As despesas com **imposto de renda e contribuição social** aumentaram 0,8% somando R\$ 66.692 mil no 1T12 contra R\$ 66.180 no 1T11. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 24,5% no 1T12, comparado com 24,3% no 1T11. As principais diferenças permanentes que justificam a variação entre a taxa efetiva e a taxa nominal são despesa de juros sobre capital próprio, resultado de equivalência patrimonial e reversão da provisão para manutenção de integridade do patrimônio líquido.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o **lucro líquido** do 1T12 totalizou R\$ 205.104 mil, montante 0,4% inferior quando comparado a R\$ 205.844 mil no 1T11.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica, bem como programas de pesquisa e desenvolvimento no que tange a transporte de energia e outras atividades correlatas à tecnologia disponível, sendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia é oriunda de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo ("CESP"), tendo iniciado suas operações comerciais em 01 de abril de 1999. Em 10 de novembro de 2001, incorporou a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("EPTE"), empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.

Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006 o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário, alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes, a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A empresa vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.

A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006 com a consequente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital"), sociedade brasileira controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. ("ISA"), sediada na Colômbia, constituída para operar no Brasil, que, dessa forma passou a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa. Adicionalmente, a CTEEP possui programa de "American Depositary Receipts - ADRs" - Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York, e o Banco Itaú S.A. é o custodiante.

Em setembro de 2002, a Companhia aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 1, da BM&FBovespa. Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração.

A Companhia tem suas ações preferenciais incluídas no Índice Ibovespa da BM&FBovespa e também integra o Índice de Governança Corporativa – IGC e o Índice de Energia Elétrica – IEE.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		RAP em grau	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
					Prazo	Próxima			R\$ mil	Mês Base
CTEEP	059/2001 (*)		20	07.07.15	4 anos	2013	Não	IGPM	1.992.484	06/11
CTEEP	143/2001		30	20.12.31	n/a	n/a	Sim	IGPM	15.793	06/11
IEMG	004/2007	100	30	23.04.37	5 anos	2012	Sim	IPCA	14.193	06/11
Pinheiros	012/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	7.386	06/11
Pinheiros	015/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	13.474	06/11
Pinheiros	018/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	3.174	06/11
Pinheiros	021/2011	100	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	4.400	09/11
Serra do Japi	026/2009	100	30	18.11.39	5 anos	2015	Não	IPCA	25.200	06/11
IENNE	001/2008	25	30	16.03.38	5 anos	2013	Não	IPCA	36.435	06/11
IESul	013/2008	50	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	4.447	06/11
IESul	016/2008	50	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	8.006	06/11
IEMadeira	013/2009	51	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	176.249	11/08(**)
IEMadeira	015/2009	51	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	151.788	11/08(**)
IEGaranhuns	022/2011	51	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	68.900	09/11

Notas Explicativas

(*) O contrato de concessão nº 059 da CTEEP subdivide-se em: SE (Serviço Existente) referente às instalações energizadas até 31 de dezembro de 1999; e NI (Novos Investimentos) referente às instalações energizadas a partir de 1º de janeiro de 2000. As informações relativas à revisão tarifária periódica referem-se apenas ao contrato de concessão nº 059 NI.

(**) Conforme contrato de concessão a Receita Anual Permitida (RAP) será reajustada anualmente, após a entrada em operação do empreendimento. A Companhia estima que a IEMadeira inicie suas operações em meados de 2012 (lote D) e 2013 (lote F).

Em decorrência da aquisição do controle acionário da CTEEP pela ISA Capital, ocorrida em 28 de junho de 2006, foi celebrado Termo Aditivo ao contrato de concessão 059/2001 - ANEEL da CTEEP, em 29 de janeiro de 2007, de modo a refletir essa realidade do novo controlador. Nesse aditivo, foram mantidas as condições pactuadas inicialmente e agregada cláusula definindo que o ágio pago no leilão, assim como as obrigações especiais e os valores decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, previstos no Edital de Alienação SF/001/2006, não serão considerados pela ANEEL para efeito da avaliação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Ainda em decorrência desse aditivo, a ISA Capital e a ISA comprometem-se a fazer aportes de capital na CTEEP.

Todos os contratos de concessão acima prevêem o direito de indenização sobre os ativos relacionados à concessão no término de sua vigência.

Participação em leilões

(i) Leilão 001/2009

Lote C - LT Porto Velho - Jauru

O lote C refere-se ao terceiro circuito da linha de transmissão - LT em 230 kV entre Jauru (Mato Grosso) e Porto Velho (Rondônia), totalizando 987 km. Para a exploração dessa LT foi constituída, em 02 de julho de 2009, a Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

Em 19 de maio de 2010, a Linha Verde protocolizou, junto à ANEEL, pedido de anuência prévia para a operação de transferência das ações detidas pela CTEEP para a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. Em 15 de março de 2011 a ANEEL deliberou através da Resolução Autorizativa nº 2.814, o pedido de transferência das ações detidas pela CTEEP para a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. Em 07 de abril de 2011, a CTEEP transferiu, pelo valor patrimonial, as ações da Linha Verde de sua propriedade para a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.

Lote D - LT Porto Velho – Rio Branco

Este lote refere-se ao segundo circuito da LT em 230 kV entre Porto Velho (Rondônia), Abunã e Rio Branco (Acre), totalizando 487 km. Para exploração dessa LT foi constituída, em 02 de julho de 2009, a Rio Branco Transmissora de Energia S.A.

Em 29 de outubro de 2010, a Rio Branco protocolizou, junto à ANEEL, pedido de anuência prévia para a operação de transferência das ações detidas pela CTEEP para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. Em 15 de fevereiro de 2011 a ANEEL deliberou através da Resolução Autorizativa nº 2.774, o pedido de transferência das ações detidas pela CTEEP para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. Em 05 de maio de 2011, a CTEEP transferiu, pelo valor patrimonial, as ações da Rio Branco de sua propriedade para as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

(ii) Leilão 001/2011

Em 10 de junho de 2011, através do leilão ANEEL nº 001/2011, em sessão pública realizada na BM&FBovespa, a CTEEP constituiu, juntamente com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, o consórcio Extremoz, que arrematou o lote A, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV.

Notas Explicativas

Este projeto tem investimento estimado em R\$622,0 milhões e RAP de R\$31,9 milhões, base junho de 2011. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 51%. A entrada em operação está prevista para agosto de 2013.

2 Apresentação das informações trimestrais

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As informações trimestrais individuais, identificadas como “Controladora”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Em conformidade com a legislação brasileira vigente, essas informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, essas informações trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou pelo seu valor de custo.

As informações trimestrais consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Exceto quanto ao resultado do período, a Companhia não possui outros resultados abrangentes.

Conforme o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.3 e 3, daquelas demonstrações financeiras, exceto 3.3, no que tange a controlada Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (“IEMG”), que optou pelo regime do Lucro Presumido para apuração de imposto de renda e contribuição social para o exercício de 2012.

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis, tais como volumes de energia, previsões ou estimativas, seguros, dentre outros, não foram revisados pelos auditores independentes.

As informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria Plena e Conselho de Administração em 08 e 10 de maio de 2012, respectivamente.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais da controladora e de suas controladas, incluídas nas informações trimestrais consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A Companhia declara que as informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas descritas na nota 2.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011 permanecem válidas para estas Informações Trimestrais - ITR.

Notas Explicativas

2.4 Procedimentos de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da CTEEP, de suas controladas e de suas controladas em conjunto.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas e controladas em conjunto (*joint venture*) são consolidadas integral e proporcionalmente, respectivamente, a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que deixa de existir.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Data base das informações trimestrais	Participação %	
		31.03.2012	31.12.2011
Controladas			
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	31.03.2012	100	100
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	31.03.2012	100	100
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	31.03.2012	100	100
Controladas em conjunto			
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	31.03.2012	25	25
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESul)	31.03.2012	50	50
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)	31.03.2012	51	51
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)	31.03.2012	51	51

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações trimestrais consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

Não há participação de acionistas não controladores a serem destacados nas informações trimestrais consolidadas.

3 Principais práticas contábeis

A Companhia declara que as informações sobre principais práticas contábeis, permanecem válidas para estas Informações Trimestrais - ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 3 das demonstrações financeiras do exercício de 2011. Para o exercício 2012, a Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. ("IEMG") optou pelo regime do Lucro Presumido para apuração de imposto de renda e contribuição social e não mais como Lucro Real, como apurado e informado em 2011.

4 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

Conforme mencionado na nota explicativa 4 das demonstrações financeiras do exercício de 2011, novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2012 ou posteriores.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às "IFRS" novas e revisadas apresentadas nesta nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas informações trimestrais consolidadas de 31 de março de 2012 e não tiveram a oportunidade de avaliar possível impacto da adoção dessas alterações.

Não foram emitidos novos pronunciamentos além daqueles divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2011.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Caixa e bancos	716	830	3.467	1.876
Aplicações financeiras (i)	173.032	150.191	204.965	205.419
	173.748	151.021	208.432	207.295

(i) A composição das aplicações financeiras é como segue:

		Controladora		Consolidado	
	% do CDI	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
CDB	99,5% a 105,0%	41.277	21.047	55.042	50.146
Compromissada (*)	85,0% a 102,8%	131.755	129.144	149.923	155.273
		173.032	150.191	204.965	205.419

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, são divulgadas na nota explicativa 29 (c).

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

6 Contas a receber (ativo de concessão)

As contas a receber estão compostas como a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Contas a receber serviços de construção (a)	4.567.409	4.616.717	6.709.080	6.565.661
Contas a receber serviços de O&M (b)	267.271	240.810	271.265	244.160
	4.834.680	4.857.527	6.980.345	6.809.821
Circulante	1.485.276	1.434.110	1.552.516	1.474.794
Não circulante	3.349.404	3.423.417	5.427.829	5.335.027

Notas Explicativas

- (a) Refere-se ao valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. São remunerados pela taxa efetiva de juros apurada para cada contrato de concessão.
- (b) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.

Esses ativos financeiros estão classificados como empréstimos e recebíveis.

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. Com a determinação da Resolução ANEEL 474, a taxa média anual de depreciação dos ativos da Companhia passará de 2,72% para 2,86%. A Companhia, considerando as novas quotas periódicas de depreciação e a luz do IFRIC 12 e OCPC 5, realizou cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão e do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às informações trimestrais de 31 de março de 2012.

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
A vencer	4.800.606	4.832.256	6.945.941	6.784.301
Vencidos				
até 30 dias	7.877	1.121	7.877	1.353
de 31 a 60 dias	447	581	746	598
há mais de 61 dias (i)	25.750	23.569	25.781	23.569
	34.074	25.271	34.404	25.520
	4.834.680	4.857.527	6.980.345	6.809.821

- (i) Alguns participantes do sistema questionaram judicialmente os saldos faturados referente à Rede Básica. Em virtude dessa discussão, são efetivados depósitos judiciais dos valores considerados devidos por estes participantes. A Companhia acredita que os valores faturados estão de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões.

A Companhia não apresenta histórico de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) ou diretamente pela Companhia e, portanto, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação do contas a receber é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2011	4.857.527	6.809.821
Receita de construção (nota 23.1)	38.349	213.430
Receita financeira (nota 23.1)	314.149	345.518
Receita de operação e manutenção (nota 23.1)	156.669	157.894
Liquidação	(532.014)	(546.318)
Saldos em 31.03.2012	4.834.680	6.980.345

Notas Explicativas

7 Valores a receber – Secretaria da Fazenda – controladora e consolidado

			31.03.2012	31.12.2011
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Contrato de reconhecimento e consolidação de obrigações (a)	7.200	-	7.200	12.341
Alienação de imóvel (b)	1.497	-	1.497	2.565
Processamento da folha de pagamento – Lei 4.819/58 (c)	-	688.257	688.257	658.764
Processos trabalhistas – Lei 4.819/58 (d)	-	174.318	174.318	151.986
Salário-família – Lei 4.819/58 (e)	-	2.218	2.218	2.218
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(2.218)	(2.218)	(2.218)
	8.697	862.575	871.272	825.656

- (a) Em 02 de maio de 2002, foi assinado Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia dos valores correspondentes aos desembolsos originalmente efetuados pela CESP, no período de 1990 a 1999, para pagamento de folhas de complementações de aposentadorias e pensões, decorrentes de benefícios nos termos da Lei Estadual 4.819/58, estando o montante então confessado atualizado até janeiro de 2002, de acordo com a variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, e a partir de fevereiro de 2002, de acordo com a variação mensal do IGP-M, acrescida de 6% ao ano. O ressarcimento dar-se-á em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012.
- (b) Em 31 de julho de 2002, foi assinado Instrumento Particular de Transação, com promessa de alienação de imóvel, reconhecimento de obrigações e compromisso de pagamento, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia de montante correspondente ao valor de mercado da totalidade da área do imóvel ocupado pelo Estado, utilizado, parcialmente, para a construção de unidades prisionais. O Estado comprometeu-se, portanto, a ressarcir a Companhia do total mencionado em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012, com atualização de acordo com a variação mensal do IGP-M acrescida de juros de 6% ao ano.
- (c) Refere-se a valores a receber para liquidação de parcela da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, no período de janeiro de 2005 a março de 2012 (nota 33). Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam pagos pelo Governo do Estado. O aumento em relação ao ano anterior é decorrente do cumprimento da obrigação que a CTEEP tem de repassar os recursos aos aposentados, conforme montantes estipulados mensalmente pela Fundação CESP.
- (d) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela Companhia, relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado. Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam pagos pelo Governo do Estado.
- (e) A CESP efetuou adiantamentos para pagamento de despesas mensais referentes a salários-família, decorrentes dos benefícios da Lei Estadual 4.819/58, sendo transferidos à Companhia quando da cisão parcial da CESP. Considerando a expectativa de perda, a Administração constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, no ativo não circulante, no montante de R\$2.218.

Não houve alterações significativas nos andamentos dos respectivos processos em relação a 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas**8 Tributos e contribuições a compensar**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Imposto de renda retido na fonte	4.432	5.530	7.794	8.517
Contribuição social retido na fonte	1.019	797	1.188	939
COFINS	879	877	1.056	1.016
PIS	263	275	302	305
Outros	436	361	624	549
	7.029	7.840	10.964	11.326

9 Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora – controladora e consolidado

O ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da CTEEP tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL) de sua incorporadora e Reserva Especial de Ágio na Incorporação (nota 22 (c)), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos.

O ágio, que em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$689.435, está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, em parcelas mensais e segundo a projeção de rentabilidade futura e, conforme autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007, está assim composta:

	Amortização - % a.a.		
	Contrato de concessão		
Ano	059/2001	143/2001	Total
2008 a 2012	12,20	0,10	12,30
2013 a 2015	12,73	0,02	12,75
2016 a 2031	-	0,25	0,25

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas informações trimestrais, o valor líquido de R\$111.871 (R\$119.079 em 31 de dezembro de 2011), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo não circulante realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

A movimentação no trimestre findo em 31 de março de 2012 é a seguinte:

	Ágio	Provisão	Líquido
Saldos em 31.12.2011	350.234	(231.155)	119.079
Realização no período (nota 26)	(21.200)	13.992	(7.208)
Saldos em 31.03.2012	329.034	(217.163)	111.871

Notas Explicativas

A amortização está registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica outras despesas, líquidas.

10 Cauções e depósitos vinculados – controladora e consolidado

No ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Companhia tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo está composto da seguinte forma:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Depósitos judiciais		
Trabalhistas (nota 19 (a) (i))	55.974	52.867
Previdenciárias – INSS (nota 19 (a) (iii))	2.745	2.745
Autuações – ANEEL (a)	6.344	6.076
Outros	550	198
	<u>65.613</u>	<u>61.886</u>

(a) Referem-se a depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL:

- (i) Depósito efetuado em 17 de janeiro de 2000, no valor de R\$3.040, foi requerido em ação anulatória iniciada pela Companhia contra a ANEEL, decorrente de auto de infração 001/1999-SFE que impôs multa à Companhia sob alegação de prática de violações por dificultar o trabalho de fiscalização relacionado às perturbações decorrentes da interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; não cumprir as determinações do “relatório de fiscalização”; e não cumprir a incumbência legal de prestar serviço adequado.
- (ii) Depósito efetuado em 29 de agosto de 2008, no valor de R\$2.139, com o objetivo de anular a autuação nº 062/2007 referente ao não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/88 kV da SE Baixada Santista, autorizado pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004.
- (iii) Depósito efetuado em 17 de setembro de 2008, no valor de R\$544, com o objetivo de anular a autuação nº 001/2008 referente ao não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da linha de transmissão, em 345 kV, Guarulhos - Anhanguera, autorizado pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005.
- (iv) Depósito efetuado em 18 de abril de 2011, no valor de R\$353, com o objetivo de anular a autuação nº 022/10 que impôs multa à Companhia devido à fato ocorrido em 01 de abril de 2009, no setor de 88kV da SE Baixada Santista, consistente em um desligamento automático do banco de transformadores devido ao sobreaquecimento provocado pelo sistema de resfriamento da subestação que teria ocorrido por culpa da Companhia.
- (v) Depósito efetuado em 08 de março de 2012, no valor de R\$268, com o objetivo de anular a autuação nº 054/11, que refere-se ao descumprimento dos índices de indisponibilidade do sistema (função transmissão dos ativos da CTEEP, que ficaram indisponíveis, sem justificativa, por mais de um minuto).

Notas Explicativas

11 Investimentos

(a) Informações sobre investimentos em controladas

	<u>Data-base</u>	<u>Qtde. de ações ordinárias possuídas</u>	<u>Participa- ção no capital integrali- zado - %</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado do trimestre</u>
IEMG	31.03.2012	78.855.292	100,0	78.855	63.659	10.730
	31.12.2011	78.855.292	100,0	78.855	52.319	-
Pinheiros	31.03.2012	212.200.000	100,0	212.200	223.596	1.361
	31.12.2011	206.699.000	100,0	206.700	216.735	-
Serra do Japi	31.03.2012	75.448.000	100,0	75.448	89.988	9.808
	31.12.2011	75.448.000	100,0	75.448	80.180	-

Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)

A IEMG foi constituída em 13 de dezembro de 2006, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular a linha de transmissão em 500 kV Neves 1 – Mesquita (Minas Gerais), totalizando 172 km.

Em 2009, a IEMG recebeu autorização para operar comercialmente.

Em correspondência datada de 06 de agosto de 2010, a Cymi Holding S.A. notificou à CTEEP sua intenção em alienar, a um terceiro, pelo preço de R\$14.531 mil, sua participação correspondente a 40% do capital social da IEMG. Em reunião do Conselho de Administração da CTEEP realizada em 06 de setembro de 2010, foi aprovado o exercício do direito de preferência na compra de 40% das ações do capital social da IEMG detidos pela Cymi Holding S.A., nos termos e condições da oferta feita por terceiro.

Após o cumprimento de todas as condições suspensivas, em 03 de fevereiro de 2011, a CTEEP pagou, à vista, pela aquisição da participação na IEMG o valor de R\$15.283, correspondente ao preço ofertado atualizado monetariamente, apurando uma perda de R\$28.490, conforme divulgado na nota explicativa 11 (a), nas demonstrações financeiras do exercício de 2011. Como resultado dessa operação o saldo do investimento da Companhia na IEMG na data da transação passou a ser o valor justo, ou seja, R\$ 38.206, diferenciando-se do valor contábil do patrimônio líquido da IEMG.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)

A Pinheiros foi constituída em 22 de julho de 2008, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes E, H e K do Leilão nº 004/2008 e Lote K do Leilão nº 004/2011 da ANEEL:

<u>Lote</u>	<u>Composição</u>	<u>Tensão (kV)</u>
E	Linha de transmissão Interlagos – Piratininga II (SP)	345
	Subestação Piratininga II (SP)	345/138/88
H	Subestações Mirassol II, Getulina e Araras (SP)	440/138
K	Subestação Atibaia II (SP)	345/138
K	Subestação Itapeti (SP)	345/88

O projeto dos lotes E, H e K do Leilão nº 004/2008 tem investimento estimado em R\$375,0 milhões e RAP de R\$24,0 milhões (nota 1.2). A subestação de Araras entrou em operação em 05 de setembro de 2010. A subestação Getulina entrou em operação em 10 de março de 2011, a subestação de Mirassol entrou em operação em 17 de abril de 2011. A subestação Piratininga II entrou em operação em 26 de dezembro de 2011. A subestação Atibaia II possui previsão de entrada em operação no 2º trimestre de 2012.

Notas Explicativas

O projeto do lote K do leilão 004/2011, tem investimento estimado em R\$43,0 milhões e RAP de R\$4,4 milhões. A entrada em operação está prevista para agosto de 2013.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)

A Serra do Japi foi constituída em 01 de julho de 2009, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as subestações Jandira e Salto arrematadas no Lote I do Leilão nº 001/2009 da ANEEL.

Em 2012, a Serra do Japi iniciou sua operação comercial (subestação Salto em janeiro de 2012 e subestação Jandira em fevereiro de 2012).

(b) Informações sobre investimentos em controladas em conjunto

	<u>Data-base</u>	<u>Qtde. de ações ordinárias possuídas</u>	<u>Participação no capital integralizado - %</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado do trimestre</u>
IENNE	31.03.2012	81.821.000	25,0	327.284	367.068	(1.855)
	31.12.2011	81.554.000	25,0	326.214	367.859	-
IESul	31.03.2012	63.753.499	50,0	127.507	135.164	839
	31.12.2011	60.303.999	50,0	120.607	127.424	-
IEMadeira	31.03.2012	395.760.000	51,0	776.000	858.998	22.638
	31.12.2011	346.800.000	51,0	680.000	740.360	-
IEGaranhuns	31.03.2012	2.550.000	51,0	5.000	5.000	-
	31.12.2011	1.020.000	51,0	2.000	2.000	-

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)

A IENNE foi constituída em 03 de dezembro de 2007 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão Colinas (Tocantins) – Ribeiro Gonçalves (Piauí) e Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí (Piauí), ambas em 500 kV, totalizando 720 km.

Em 2011, a IENNE recebeu autorização e iniciou a sua operação comercialmente.

Interligação Elétrica Sul S.A. (IESul)

A IESul foi constituída em 23 de julho de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes F e I do Leilão nº 004/2008 da ANEEL:

<u>Lote</u>	<u>Composição</u>	<u>Tensão (kV)</u>
F	Linha de transmissão Nova Santa Rita – Scharlau (RS)	230
	Subestação Scharlau (RS)	230/138
I	Linha de transmissão Joinville Norte (SC) – Curitiba C2 (PR)	230
	Linha de transmissão Jorge Lacerda B – Siderópolis C3 (SC)	230
	Subestação Forquilha (SC)	230/69

Esse projeto tem investimento estimado em R\$189,0 milhões e RAP de R\$12,5 milhões (nota 1.2). A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010. A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis possui entrada em operação prevista para ocorrer no 1º semestre de 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 2º semestre de 2012.

Notas Explicativas

trimestre de 2013.

Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)

A IEMadeira foi constituída em 18 de dezembro de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes D e F do Leilão nº 007/2008 da ANEEL:

Lote	Descrição	Tensão (kV)
D	Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, nº 01, Em CC, 2375 Km	500/600
F	Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3150 MW; Estação Inversora nº 02 CC/CA, 2950 MW	500/600

Esse projeto tem investimento estimado em R\$3.224,0 milhões e RAP de R\$328,0 milhões (nota 1.2), base novembro de 2008. A entrada em operação das respectivas instalações está prevista para ocorrer em 2012 (lote D) e 2013 (lote F).

Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)

A IEGaranhuns foi constituída em 07 de outubro de 2011 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas no Lote L do Leilão nº 004/2011 da ANEEL:

Lote	Descrição	Tensão (kV)
L	Linha de transmissão Luiz Gonzaga – Garanhuns (AL, PE)	500
	Linha de transmissão Garanhuns – Pau Ferro (PE)	500
	Linha de transmissão Garanhuns – Campina Grande III (PE, PB)	500
	Linha de transmissão Garanhuns – Angelim I (PE)	500
	Subestação Garanhuns (PE)	500/230
	Subestação Pau Ferro (PE)	500

Este projeto tem investimento estimado em R\$650,0 milhões e RAP de R\$68,9 milhões, base setembro de 2011. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 51%. A entrada em operação está prevista para agosto de 2014.

(c) Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31.12.2011	Integralização de capital	Equivalência Patrimonial	Realização da perda na aquisição de controle	Saldos em 31.03.2012
IEMG	52.319	-	10.730	610	63.659
Pinheiros	216.735	5.500	1.361	-	223.596
Serra do Japi	80.180	-	9.808	-	89.988
IENNE	91.965	268	(466)	-	91.767
IESul	63.712	3.450	420	-	67.582
IEMadeira	377.584	48.960	11.545	-	438.089
IEGaranhuns	1.020	1.530	-	-	2.550
	883.515	59.708	33.398	610	977.231

Notas Explicativas**12 Imobilizado**

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

Controladora				
		31.03.2012	31.12.2011	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	- %
Máquinas e equipamentos	10.310	(5.112)	5.198	16,0%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.148	(3.148)	-	20,0%
Móveis e utensílios	2.638	(1.062)	1.576	10,0%
Veículos	1.536	(864)	672	21,0%
Outros	1.028	(264)	764	4,0%
	18.660	(10.450)	8.210	8.655

Consolidado				
		31.03.2012	31.12.2011	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	- %
Máquinas e equipamentos	10.398	(5.149)	5.249	16,0%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.148	(3.148)	-	20,0%
Móveis e utensílios	2.734	(1.086)	1.648	10,0%
Veículos	1.535	(864)	671	21,0%
Outros	1.028	(264)	764	4,0%
	18.843	(10.511)	8.332	8.784

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Controladora					
	Saldos em 31.12.2011	Adições	Depreciação (nota 24)	Baixas/Trans- ferências	Saldos em 31.03.2012
Máquinas e equipamentos	5.382	28	(211)	(1)	5.198
Benfeitorias em imóveis de terceiros	62	-	(62)	-	-
Móveis e utensílios	1.635	5	(64)	-	1.576
Veículos	733	-	(61)	-	672
Outros	843	-	(15)	(64)	764
	8.655	33	(413)	(65)	8.210

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2011	Adições	Depreciação (nota 24)	Baixas/Trans- ferências	Saldos em 31.03.2012
Máquinas e equipamentos	5.436	29	(215)	(1)	5.249
Benfeitorias em imóveis de terceiros	62	-	(62)	-	-
Móveis e utensílios	1.710	5	(67)	-	1.648
Veículos	733	-	(62)	-	671
Outros	843	-	(15)	(64)	764
	8.784	34	(421)	(65)	8.332

13 Intangível

Refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos no projeto de implantação/estruturação do ERP-SAP, com exceção dos gastos de treinamento que foram registrados no resultado. O projeto que teve início em abril de 2008 e conclusão em fevereiro de 2009, está sendo amortizado, linearmente, no prazo de 5 anos.

A movimentação do intangível, é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2011	8.946	8.998
Adições	-	7
Amortização (nota 24)	(848)	(848)
Saldo em 31.03.2012	8.098	8.157

Notas Explicativas

14 Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

Moeda nacional	Encargos	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
			31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
BNDES (a) (i)	2,3% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	304.747	328.318	304.747	328.318
BNDES (a) (ii)	1,8% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	182.971	196.251	182.971	196.251
BNDES (a) (iii)	2,4% a.a. acima da TJLP	15.04.2023	-	-	56.359	57.631
BNDES (a) (iv)	2,8% a.a. acima da TJLP	15.07.2012	-	-	231.372	229.947
BNDES (a) (v)	2,8% a.a. acima da TJLP	15.07.2012	-	-	142.397	71.890
BNDES (a) (vi)	2,4% a.a. acima da TJLP	15.05.2025	-	-	5.300	5.328
BNDES (a) (vi)	5,5% a.a.	15.01.2021	-	-	4.298	4.240
BNDES (a) (vii)	2,6% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	-	-	49.770	49.562
BNDES (a) (vii)	5,5% a.a.	15.01.2021	-	-	76.912	75.872
BNDES (a) (viii)	1,9% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	-	-	51.292	48.282
BNDES (a) (viii)	1,5% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	-	-	44.334	42.217
Notas Promissórias						
4ª emissão (b) (i)	CDI + 0,4% a.a.	12.01.2012	-	223.048	-	223.048
5ª emissão (b) (ii)	CDI + 0,4% a.a.	05.07.2012	325.131	316.885	325.131	316.885
6ª emissão (b) (iii)	104,9% CDI a.a.	05.01.2013	408.548	-	408.548	-
Banco Bradesco (d)	CDI + 2,0% a.a.	-	-	-	4.348	4.365
Banco do Nordeste (e)	10,0% a.a.	19.05.2030	-	-	55.737	55.898
Eletrobras	8,0% a.a.	15.11.2021	378	391	378	391
Arrendamentos mercantis financeiros			540	619	540	619
Total em moeda nacional			1.222.315	1.065.512	1.944.434	1.710.744
Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (Hedge)						
CCB Internacional - Banco IBBA (c) (i)	Variação US\$ + 4% a.a.	26.04.2013	119.572	122.077	119.572	122.077
Commercial Paper - Banco JP Morgan (c) (ii)	Variação US\$ + 2,1% a.a.	21.10.2013	157.804	159.116	157.804	159.116
Total em moeda estrangeira			277.376	281.193	277.376	281.193
Total em moeda nacional e estrangeira			1.499.691	1.346.705	2.221.810	1.991.937
Circulante			891.766	693.472	1.292.618	1.007.673
Não circulante			607.925	653.233	929.192	984.264

(a) BNDES

(i) Em 17 de setembro de 2007, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$764,2 milhões, reduzido para R\$601,7 milhões em dezembro de 2008. O valor corresponde a 70,0% do investimento total realizado, que inclui obras de melhoria sistêmica, reforços, modernizações do sistema de transmissão existente e novos projetos, e é parte do Plano de Investimentos Plurianual 2006/2008, com amortização a partir de janeiro de 2009 em 78 parcelas mensais. Como garantia, a Companhia ofereceu fianças bancárias contratadas com vigência até 15 de dezembro de 2015, junto aos bancos Bradesco, Santander e Banco do Brasil, ao custo de 0,7% a.a., com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA = 3,5 e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) = 0,6.

(ii) Em 18 de novembro de 2008, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$329,1 milhões, com amortização a partir de janeiro de 2011 em 54 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente. Como garantia, a Companhia ofereceu fiança bancária contratada com vigência até 15 de junho de 2015 junto ao banco Bradesco S.A., ao custo de 1,2% a.a., com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida líquida/EBITDA = 3,5 e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) = 0,6.

Notas Explicativas

- (iii) Em 14 de janeiro de 2009, a controlada IEMG assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$70,6 milhões, cujo valor foi liberado em 27 de março de 2009. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 50,0% da Linha de Transmissão (LT) entre as subestações Neves 1 e Mesquita, com amortização a partir de 15 de maio 2009, em 168 parcelas mensais. A fiança bancária foi dispensada pelo BNDES em 15 de março de 2011. A IEMG deverá manter, durante todo o período de amortização, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (iv) Em 11 de agosto de 2010, a controlada IEMadeira assinou contrato de empréstimo de curto prazo com o BNDES, nos valores de R\$292,6 e R\$108,7 milhões. Foram liberados R\$163,0, R\$110,0, R\$37,7, R\$36,7, R\$40,0 e R\$13,9 milhões em 30 de agosto, 26 de outubro, 24 de novembro e 27 de dezembro de 2010, 27 de junho e 14 de dezembro de 2011, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização, em parcela única juntamente com os encargos, foi prorrogada de 15 de janeiro de 2012 para 15 de julho de 2012. Como garantia foi oferecida fiança bancária, junto aos bancos Itaú BBA, Bradesco e Santander, ao custo de 0,7% a.a..
- (v) Em 14 de dezembro de 2011, a controlada IEMadeira assinou contrato de empréstimo de curto prazo com o BNDES, no valor de R\$280,0 milhões. Foram liberados R\$140,8, R\$101,0 e R\$36,4 milhões em 29 de dezembro de 2011, 27 de janeiro e 27 de março de 2012, respectivamente. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização será em parcela única juntamente com os encargos em 15 de julho de 2012. Como garantia foi oferecida fiança bancária junto ao Banco Itaú BBA e Bradesco, ao custo de 0,3% a.a.
- (vi) Em 21 de dezembro de 2010, a controlada IESul assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$18,1 milhões, cujo valor foi liberado em 24 de fevereiro de 2011. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização é feita em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 21 de dezembro de 2012, junto ao Banco do Brasil, ao custo de 0,95% a.a., com vencimentos semestrais. A IESul deverá manter durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (vii) Em 30 de dezembro de 2010, a controlada Pinheiros assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$119,9 milhões. Foram liberados R\$91,3 milhões e R\$28,6 milhões em 28 de janeiro e 27 de abril de 2011, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização é feita em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 17 de janeiro de 2013, junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo de 0,48% a.a., com vencimentos trimestrais. A Pinheiros deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (viii) Em 28 de outubro de 2011, a controlada Serra do Japi assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$93,3 milhões. Foram liberados R\$75,0, R\$15,0 e R\$3,3 milhões em 18 de novembro e 12 de dezembro de 2011 e 27 de fevereiro de 2012, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar as linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão. A amortização será em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 28 de fevereiro de 2014, junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo de 0,65% a.a. com vencimentos trimestrais. A Serra do Japi deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,2 apurado anualmente.

(b) Notas promissórias

- (i) Em 11 de janeiro de 2012 foi liquidada a 4ª emissão de notas promissórias.

Notas Explicativas

- (ii) 5ª Emissão - emitidas em 11 de julho de 2011, no montante de R\$300,0 milhões e com vencimento em 05 de julho de 2012. Os encargos nominais correspondem ao CDI + 0,48% a.a. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$190 e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação. Não foram oferecidas garantias para as notas promissórias.
- (iii) 6ª Emissão - emitidas em 11 de janeiro de 2012, no montante de R\$400,0 milhões e com vencimento em 05 de janeiro de 2013. Os encargos nominais correspondem ao 104,9% do CDI a.a. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$479 e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação. Não foram oferecidas garantias para as notas promissórias.
- (c) Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (*Hedge*)
- (i) Em 20 de abril de 2011, a CTEEP assinou o contrato de cédula de crédito bancária internacional com o Banco Itaú BBA Nassau, no valor de USD 63.694.267,52 com a remuneração de variação cambial (VC) + 4% a.a. Adicionalmente houve a contratação de instrumento de *Swap* com o Banco Itaú BBA com o *Notional* de R\$100,0 milhões e o fator de correção a 103,50% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 29. A operação tem o vencimento final em 26 de abril de 2013. O banco Itaú BBA possui como garantia, os direitos creditórios decorrentes de eventual saldo do ajuste positivo da operação de *Swap*.
- (ii) Em 17 de outubro de 2011, foi assinado o contrato de empréstimo externo de longo prazo com o Banco JP Morgan Chase, no valor de USD 85.787.818,13 com vencimento em 21 de outubro de 2013 e remuneração de variação cambial (VC) + 2,1% a.a. Adicionalmente houve a contratação de *Swap* com o Banco JP Morgan e *Notional* no valor de R\$150,0 milhões e o fator de correção a 98,3% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 29.
- (d) Conta garantida com limite de R\$20,0 milhões da controlada IENNE junto ao Banco Bradesco S.A. Os encargos nominais correspondem ao CDI + 2,0% a.a.
- (e) Em 19 de maio de 2010, a controlada IENNE assinou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$220,0 milhões, cujo valor foi liberado nas datas de 20 e 30 de julho, 03 de setembro e 11 de outubro de 2010. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 40% da linha de transmissão, entre as subestações de Colinas do Tocantins a São João do Piauí. A amortização será em 216 parcelas mensais a partir de junho de 2012, sendo que, até o início da amortização, os encargos serão pagos trimestralmente. Será aplicado bônus de adimplência de 25% à parcela de crédito aplicada no semi-árido e bônus de adimplência de 15% à parcela fora do semi-árido, desde que, as prestações de juros ou principal e juros sejam pagas até as datas dos respectivos vencimentos estipulados em contrato. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 15 de julho de 2011, junto ao banco Bradesco S.A., ao custo de 1,8% a.a., com pagamentos trimestrais. Em 09 de junho de 2011, a fiança bancária teve seu vencimento prorrogado para 08 de julho de 2012.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
2013	384.175	429.482	403.221	451.771
2014	149.035	149.036	175.889	172.425
2015	74.521	74.521	101.666	98.201
2016	43	43	27.440	23.975
2017	42	42	31.923	24.215
Após 2017	109	109	189.053	213.677
	607.925	653.233	929.192	984.264

Notas Explicativas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2011	1.346.705	1.991.937
Adições	400.000	473.467
Pagamentos (principal e juros)	(274.619)	(284.748)
Juros e variações monetárias e cambiais	27.605	41.154
Saldos em 31.03.2012	1.499.691	2.221.810

15 Debêntures

				Controladora		Consolidado	
	Vencimento	Quan- tidade	Encargos	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
1ª série	15.12.2014	49.100	CDI + 1,3% a.a.	504.617	490.736	504.617	490.736
2ª série	15.12.2017	5.760	IPCA + 8,1% a.a.	69.468	67.117	69.468	67.117
Série única IEMadeira	15.09.2012	420	106,5 % do CDI a.a.	-	-	224.202	221.608
				574.085	557.853	798.287	779.461
Circulante				183.375	168.217	407.577	389.825
Não circulante				390.710	389.636	390.710	389.636

Em dezembro de 2009, a CTEEP emitiu 54.860 debêntures no montante total de R\$548,6 milhões, com entrada do recurso em janeiro de 2010. A 1ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de dezembro de 2012, de 2013 e de 2014; e a remuneração será paga semestralmente, nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.

A 2ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de junho de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017; e a remuneração será paga nas seguintes datas: 15 de junho de 2012, de 2013, de 2014 e 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017.

Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA = 3,5 e EBITDA/Resultado financeiro = 3,0.

Em setembro de 2011, a IEMadeira emitiu 420 debêntures no montante total de R\$420,0 milhões, com entrada do recurso de 400 debêntures em 15 de setembro de 2011 e 20 debêntures em 03 de outubro de 2011. Estas debêntures estão previstas para serem resgatadas em sua totalidade com recursos provenientes da contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
2013	163.317	163.204	163.317	163.204
2014	178.186	177.939	178.186	177.939
2015	16.402	16.164	16.402	16.164
2016	16.402	16.163	16.402	16.163
2017	16.403	16.166	16.403	16.166
	390.710	389.636	390.710	389.636

A movimentação das debêntures é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2011	557.853	779.461
Pagamentos (principal e juros)	-	(3.128)
Juros e variações monetárias e cambiais	16.232	21.954
Saldos em 31.03.2012	574.085	798.287

16 Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Imposto de renda	50.797	38.249	50.939	38.391
Contribuição social	18.575	13.924	18.643	13.983
COFINS	8.146	7.678	8.629	7.976
PIS	1.767	1.665	1.872	1.730
Programa bolsa estudos	692	864	692	864
INSS	4.691	6.430	5.775	7.524
ISS	2.694	2.790	3.710	3.421
Outros	7.920	5.871	8.306	6.384
	95.282	77.471	98.566	80.273

17 Impostos parcelados – Lei nº 11.941 – controladora e consolidado

Devido a questões relacionadas ao modo de preenchimento, a Companhia retificou as declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) referentes aos anos de 2004 a 2007, apurando um débito referente, substancialmente, às contribuições ao PIS e à COFINS. Para a quitação do débito a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pagando R\$141.162, em 30 de novembro de 2009, com benefício de redução da multa e juros no montante de R\$42.257. O saldo remanescente será pago em 180 meses a partir de novembro de 2009.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia consolidou os débitos tributários perante a Receita Federal e optou pelo parcelamento em 180 meses para cálculo das parcelas a serem pagas a partir de 30 de junho de 2011. Do total de parcelas foram deduzidas as antecipações feitas no período de 30 de novembro de 2009 a 31 de maio de 2011 e que representavam 19 parcelas já pagas. Após as deduções das antecipações foram geradas 161 parcelas para serem pagas a partir de 30 de junho 2011, no montante de R\$975, sujeitas a atualização monetária com base na SELIC acumulada contado a partir de dezembro de 2009.

Notas Explicativas

Em virtude da opção de pagamento em 180 meses a Companhia gerou uma receita de redução de multa e juros no valor de R\$21.013 sobre o valor total devido, reconhecido no resultado financeiro. Esta receita para fins de imposto de renda e contribuição social não integra o resultado tributável da empresa conforme Lei 11.941/09.

A movimentação no trimestre findo em 31 de março de 2012 é a seguinte:

Saldo em 31.12.2011	157.509
Atualização monetária sobre o débito	3.293
Pagamentos efetuados	(3.112)
Saldo em 31.03.2012	157.690
Circulante	12.532
Não circulante	145.158

18 Encargos regulatórios a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	53.663	50.086	54.003	50.364
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.410	1.834	3.410	1.834
Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	4.818	2.592	4.818	2.592
Reserva Global de Reversão – RGR	4.050	4.050	5.001	4.917
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	1.604	1.269	1.604	1.269
Taxa de fiscalização – ANEEL	-	-	212	182
	67.545	59.831	69.048	61.158
Circulante	33.271	27.497	34.774	28.824
Não circulante	34.274	32.334	34.274	32.334

(i) A Companhia e suas controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Os saldos dos projetos serão liquidados quando da finalização de cada projeto.

Notas Explicativas

19 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Férias e encargos sociais	12.542	17.405	13.061	17.840
Participação nos Lucros e Resultados – PLR	683	5.419	683	5.419
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	4	6	4	6
Contingências (a)	103.171	101.832	103.190	101.844
	116.400	124.662	116.938	125.109
Circulante	13.229	22.830	13.767	23.277
Não circulante	103.171	101.832	103.171	101.832

(a) Provisão para contingências

Trimestralmente, as contingências são avaliadas e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Trabalhistas (i)	88.278	87.795	88.297	87.807
Cíveis	3.958	3.347	3.958	3.347
Fiscais – IPTU (ii)	7.755	7.608	7.755	7.608
Previdenciárias – INSS (iii)	1.482	1.439	1.482	1.439
ANEEL (iv)	1.698	1.643	1.698	1.643
	103.171	101.832	103.190	101.844

(i) Trabalhistas

A Companhia assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE. A Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$55.974 (R\$52.867 em 31 de dezembro de 2011), conforme nota 10.

(ii) Fiscais - IPTU

A Companhia efetua provisão para fazer face aos débitos junto à prefeitura de diversos municípios do Estado de São Paulo, relacionados a processos de regularização de áreas, no montante de R\$7.755.

(iii) Previdenciárias - INSS

Em 10 de agosto de 2001, a Companhia foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal, cesta-básica e vale transporte, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. A Administração iniciou procedimento de defesa efetuando depósito judicial no montante de R\$8.243, contabilizado no ativo não circulante, na rubrica “Cauções e depósitos vinculados”.

Notas Explicativas

Em janeiro de 2010, transitou em julgado decisão desfavorável à Companhia nos processos relacionados à vale-refeição, lanche matinal e parte da cesta básica, permanecendo os demais em andamento. Consequentemente, a parcela correspondente aos valores depositados judicialmente, no montante de R\$5.498, foram revertidos à União e baixados contra o resultado, sob a rubrica despesas gerais administrativas, considerando que não havia sido constituída provisão para essa contingência (nota 10).

(iv) ANEEL

A Companhia mantém provisão referente ao processo decorrente do auto de infração da ANEEL 001/1999-SFE que impôs multa, relacionada a interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

(v) Processos com perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, no montante estimado de R\$106.796 (R\$119.512 em 31 de dezembro de 2011), concentradas principalmente em trabalhistas, que em 31 de março de 2012 totaliza R\$65.873 (R\$65.736 em 31 de dezembro de 2011) para as quais não foi constituída provisão.

(vi) Movimentação das provisões para contingências:

	Controladora					
	Trabalhista	Cível	Fiscais - IPTU	Previdenciárias - INSS	ANEEL	Total
Saldos em 31.12.2011	87.795	3.347	7.608	1.439	1.643	101.832
Constituição	1.614	596	-	-	-	2.210
Reversão/pagamento	(1.289)	-	-	-	-	(1.289)
Atualização	158	15	147	43	55	418
Saldos em 31.03.2012	88.278	3.958	7.755	1.482	1.698	103.171

	Consolidado					
	Trabalhista	Cível	Fiscais - IPTU	Previdenciárias - INSS	ANEEL	Total
Saldos em 31.12.2011	87.807	3.347	7.608	1.439	1.643	101.844
Constituição	1.621	596	-	-	-	2.217
Reversão/pagamento	(1.289)	-	-	-	-	(1.289)
Atualização	158	15	147	43	55	418
Saldos em 31.03.2012	88.297	3.958	7.755	1.482	1.698	103.190

20 Valores a pagar – Fundação CESP - controladora e consolidado

A Companhia patrocina planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica mantidos junto à Fundação CESP, que apresenta saldo de R\$6.304 em 31 de março de 2012 (R\$6.244 em 31 de dezembro de 2011), referente às parcelas mensais a pagar como contribuição ao fundo.

(a) Plano “A” - complementação de aposentadorias

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, portanto, sem risco e custo adicional para a Companhia (nota 33).

Notas Explicativas

(b) Plano “B” e “B1” - suplementação de aposentadorias

Os Planos “B” e “B1”, regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria Companhia, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O chamado Plano “B” refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade integral da Companhia.

Em 01 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 01 de abril de 1998 (EPTE), a Companhia, respectivamente, implantou o Plano “B1”, que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Companhia e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadorias e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida – CD. Na data da aposentadoria o Plano de Benefícios de Contribuição Definida – CD torna-se de Benefício Definido - BD.

(c) Plano PSAP - Transmissão Paulista

Em 01 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela Companhia, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

Durante o trimestre não houve variação significativa no número de participantes dos planos e nas premissas utilizadas pela Companhia em relação ao informado na nota 20 (d), nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

21 Obrigações especiais – Reversão/Amortização

Referem-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Companhia, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão – RGR, relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Anualmente, conforme despacho ANEEL, a Companhia paga 5% sobre o valor da Reserva, à título de juros. Não está definida pelo Poder Concedente a forma de liquidação dessas obrigações.

22 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R\$1.469.090, sendo R\$615.696 em ações ordinárias e R\$853.394 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$1.162.626 e está representado por ações ordinárias e preferenciais, como segue:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>R\$ mil</u>
ON	64.484.433	491.095
PN	88.177.132	671.531
	<u>152.661.565</u>	<u>1.162.626</u>

Notas Explicativas

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembléias gerais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto tendo, no entanto, prioridade no reembolso de capital e no recebimento de dividendos de 10% ao ano, não-cumulativos, calculados sobre o capital integralizado correspondente a essa espécie de ações.

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em reuniões realizadas em 31 de março de 2011 e 30 de junho de 2011, o Conselho de Administração deliberou sobre o pagamento, em 29 de abril de 2011 e 28 de julho de 2011, de dividendos referentes ao lucro de 2010, no montante de R\$181.308 e R\$16.713, correspondentes a R\$1,194154 e R\$0,110087 por ação, respectivamente.

Em 2012, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários como segue:

Data RCA	Juros sobre capital próprio		Dividendos intermediários		Pagamento
	Total	Por ação	Total	Por ação	
29.03.2012	63.950	0,418900	50.332	0,329695	30.04.2012
	63.950	0,418900	50.332	0,329695	

O total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos em 31 de março de 2012 é de R\$224.838 (R\$163.837 em 31.03.2011).

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar para partes relacionadas é de R\$39.579 (nota 28) e R\$81.651 para os demais acionistas.

O estatuto social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 10% do capital social, correspondente a R\$116,2 milhões, sempre que houver saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

(c) Reservas de capital

	31.03.2012	31.12.2011
Subvenções para investimento – CRC (i)	1.264.084	1.264.084
Remuneração das imobilizações em curso (ii)	633.053	633.053
Doações e subvenções para investimentos	150.489	150.489
Incentivos fiscais - FINAM	6.743	6.743
Reserva Especial de Ágio na Incorporação (nota 9)	147.912	147.912
	2.202.281	2.202.281

(i) Subvenções para investimentos - CRC

A Conta de Resultados a Compensar (CRC) foi instituída pelo Decreto nº 41.019/1957 e pela Lei nº 5.655/1971 para remunerar as concessionárias de energia elétrica por certos investimentos por ela realizados. A Lei nº 8.631/1993 extinguiu a CRC e, posteriormente, a Lei nº 8.724/1993 estabeleceu que os créditos de CRC, fossem registrados no patrimônio líquido como subvenção para investimento à conta de “Reserva de Capital”.

Conforme facultado pelo CPC nº13, a Companhia optou por manter o saldo existente em 31 de dezembro de 2007 referente à CRC, bem como as demais doações e subvenções para investimentos registrados como reserva de capital no patrimônio líquido, até sua total utilização nas formas previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas

(ii) Remuneração das imobilizações em curso

Trata-se de créditos resultantes da capitalização da remuneração calculada sobre os recursos de capital próprio utilizados durante a construção de ativos imobilizados, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de 1999, a Companhia abandonou essa prática, conforme facultado pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

(d) Reservas de lucro

	31.03.2012	31.12.2011
Reserva legal (i)	232.525	232.525
Reserva estatutária (ii)	116.263	116.263
Reserva de lucros a realizar (iii)	30.472	31.076
Reserva de retenção de lucros (iv)	762.648	762.648
	<u>1.141.908</u>	<u>1.142.512</u>
Dividendos adicionais propostos (nota 34 (a))	<u>31.349</u>	<u>31.349</u>
	<u>1.173.257</u>	<u>1.173.861</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de março de 2012, a reserva legal já representa 20% do capital social.

(ii) Reserva estatutária

O Estatuto Social da Companhia prevê a constituição de reserva para investimento na expansão das atividades à taxa de 20% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, até o limite de 10% do capital social. Em 31 de março de 2012, a reserva estatutária já representa 10% do capital social.

(iii) Reserva de lucros a realizar

Os lucros não realizados resultam de saldo credor de correção monetária líquida de balanço até 1995.

Essa reserva é realizada na proporção da depreciação do ativo imobilizado. Os montantes realizados são transferidos para a conta de “Lucros acumulados” mensalmente.

(iv) Reserva de retenção de lucros

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, a parcela remanescente do lucro líquido das distribuições e demais destinações estatutárias foram destinadas a esta reserva para fazer jus ao atendimento ao orçamento de capital, bem como para o capital de giro da Companhia.

(e) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

Para o cálculo do lucro por ação diluído pelas ações que poderão ser emitidas através da capitalização do ágio em favor do acionista controlador, a Administração da Companhia realizou estimativa para efeito de divulgação em 31 de março de 2012.

Notas Explicativas

De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, a medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da sua controladora, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As ações emitidas de acordo com esta realização serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 31 de março de 2012, as condições para emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio foram atendidas.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro líquido – R\$ mil	<u>205.104</u>	<u>205.844</u>
Média ponderada de ações		
Ordinárias	64.484.433	63.860.513
Preferenciais	<u>88.177.132</u>	<u>87.968.467</u>
	<u>152.661.565</u>	<u>151.828.980</u>
Média ponderada ajustada de ações		
Ordinárias	67.027.899	66.802.976
Preferenciais	<u>88.177.132</u>	<u>87.968.467</u>
	<u>155.205.031</u>	<u>154.771.443</u>
Lucro básico por ação	<u>1,34352</u>	<u>1,35576</u>
Lucro diluído por ação	<u>1,32150</u>	<u>1,32999</u>

Notas Explicativas

23 Receita operacional líquida

23.1 Composição da receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
Receita bruta				
Construção (a) (nota 6)	38.349	61.945	213.430	206.417
Operação e Manutenção (a) (nota 6)	156.669	147.691	157.894	148.692
Financeira (b) (nota 6)	314.149	317.396	345.518	332.190
Aluguéis	3.598	3.300	3.598	3.300
Prestação de serviços	1.711	903	1.711	903
Total da receita bruta	514.476	531.235	722.151	691.502
Tributos sobre a receita				
COFINS	(20.182)	(23.502)	(18.957)	(35.682)
PIS	(4.376)	(5.098)	(4.110)	(7.743)
ISS	(85)	(45)	(85)	(45)
	(24.643)	(28.645)	(23.152)	(43.470)
Encargos regulatórios				
Conta de Consumo de Combustível – CCC	(14.192)	(12.650)	(14.192)	(12.650)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(10.044)	(7.616)	(10.044)	(7.616)
Reserva Global de Reversão – RGR	(13.656)	(12.713)	(13.974)	(12.869)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(4.838)	(4.411)	(4.937)	(4.480)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(4.474)	(3.378)	(4.474)	(3.378)
	(47.204)	(40.768)	(47.621)	(40.993)
	442.629	461.822	651.378	607.039

(a) Serviços de Construção e Operação e Manutenção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

23.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, por intermédio da ANEEL, a cada quatro e cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Notas Explicativas

A revisão compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória para RBNI;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

A última revisão tarifária ocorreu em 2010, conforme divulgado na nota explicativa 23.2, nas demonstrações financeiras do exercício de 2011.

23.3 Parcela Variável – PV e Adicional à RAP

A Resolução Normativa n.º 270 de 9 de julho de 2007, regulamenta a Parcela Variável – PV e o Adicional à RAP. A Parcela Variável é o desconto na RAP das transmissoras em função da indisponibilidade ou restrição operativa das instalações integrantes da Rede Básica. O Adicional à RAP corresponde ao valor a ser acrescentado à receita das transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. São reconhecidos como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

23.4 Reajuste anual da receita

Em 28 de junho de 2011, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.171, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

De acordo com a citada Resolução, a RAP da CTEEP, que era de R\$1.760.758 em 01 de julho de 2010, passou para R\$2.008.277 em 01 de julho de 2011, apresentando um incremento de R\$247.519, equivalente a 14,1%. A RAP da Companhia em conjunto com suas controladas, que era de R\$1.861.195 em 01 de julho de 2010, passou para R\$2.120.592 em 01 de julho de 2011, apresentando um incremento de R\$259.397, equivalente a 13,9%.

A RAP da Companhia a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2011 até 30 de junho de 2012 apresenta a seguinte composição, na base junho de 2011:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
59/2001	1.241.581	314.290	-	(17.795)	360.076	106.099	(11.767)	1.992.484
143/2001	-	-	15.925	(132)	-	-	-	15.793
	1.241.581	314.290	15.925	(17.927)	360.076	106.099	(11.767)	2.008.277

Notas Explicativas

A RAP da Companhia e suas controladas a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2011 até 30 de junho de 2012 apresenta a seguinte composição, na base junho de 2011:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
59/2001	1.241.581	314.290	-	(17.795)	360.076	106.099	(11.767)	1.992.484
143/2001	-	-	15.925	(132)	-	-	-	15.793
004/2007	14.193	-	-	-	-	-	-	14.193
012/2008	-	-	7.386	-	-	-	-	7.386
015/2008	13.474	-	-	-	-	-	-	13.474
018/2008	-	-	3.174	-	-	-	-	3.174
026/2009	-	-	25.200	-	-	-	-	25.200
001/2008	36.435	-	-	-	-	-	-	36.435
013/2008	4.447	-	-	-	-	-	-	4.447
016/2008	8.006	-	-	-	-	-	-	8.006
	1.318.136	314.290	51.685	(17.927)	360.076	106.099	(11.767)	2.120.592

Notas Explicativas**24 Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas**

Controladora			
	31.03.2012	31.03.2011	
	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(47.543)	(11.426)	(58.969)
Serviços	(37.523)	(8.155)	(45.678)
Depreciação (notas 12 e 13)	-	(1.261)	(1.261)
Materiais	(25.323)	(228)	(25.551)
Arrendamentos e aluguéis	(2.134)	(1.414)	(3.548)
Contingências	-	(5.576)	(5.576)
Outros	(5.058)	(9.316)	(14.374)
	(117.581)	(37.376)	(154.957)
Consolidado			
	31.03.2012	31.03.2011	
	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(48.174)	(12.918)	(61.092)
Serviços	(74.838)	(13.758)	(88.596)
Depreciação (notas 12 e 13)	-	(1.269)	(1.269)
Materiais	(125.594)	(504)	(126.098)
Arrendamentos e aluguéis	(2.145)	(1.464)	(3.609)
Contingências	-	(5.576)	(5.576)
Outros	(6.162)	(9.549)	(15.711)
	(256.913)	(45.038)	(301.951)

Os custos de construção da controladora totalizaram R\$34.802 em 31 de março de 2012 e R\$56.215 em 31 de março de 2011. Os custos de construção consolidados totalizaram R\$170.447 em 31 de março de 2012 e R\$177.999 em 31 de março de 2011. A respectiva receita de construção, demonstrada na nota 23.1, é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento. Para as subsidiárias em fase pré-operacional acrescenta-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção.

Notas Explicativas

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	4.872	2.785	6.357	5.796
Juros ativos	247	1.446	247	1.446
Variações monetárias	-	239	-	239
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	24.959	-	24.959	-
Ajuste de operações de cobertura (<i>Swap</i> - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	14.252	-	14.252	-
Ajuste de operações de cobertura (NDF)	-	-	1.901	-
Outras	456	105	783	105
	<u>44.786</u>	<u>4.575</u>	<u>48.499</u>	<u>7.586</u>
Despesas				
Juros sobre empréstimos	(11.506)	(11.651)	(17.986)	(13.499)
Juros passivos	(3.620)	(2.954)	(3.622)	(6.805)
Encargos sobre notas promissórias	(18.166)	(4.583)	(18.166)	(4.583)
Encargos sobre debêntures	(15.329)	(16.228)	(21.051)	(16.228)
Encargos (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(1.956)	-	(1.956)	-
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(3.415)	-	(3.415)	-
Variações monetárias	(1.681)	-	(1.681)	-
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(16.918)	-	(16.918)	-
Ajuste de operações de cobertura (<i>Swap</i> - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(22.762)	-	(22.762)	-
Ajuste de operações de cobertura (NDF)	-	-	(2.920)	-
Outras	(775)	(489)	(9.041)	(3.743)
	<u>(96.128)</u>	<u>(35.905)</u>	<u>(119.518)</u>	<u>(44.858)</u>
	<u>(51.342)</u>	<u>(31.330)</u>	<u>(71.019)</u>	<u>(37.272)</u>

As captações internacionais, no trimestre, apresentaram uma receita de variação cambial líquida de R\$8.041 e encargos de R\$1.956. Em contrapartida, o ajuste de *Swap* gerou uma despesa líquida de R\$8.510.

Foram realizadas duas operações para captação de recursos externos, sendo:

A operação de CCB Internacional com o Banco Itaú BBA, apresentou, no trimestre, receita de variação cambial líquida de R\$3.425, encargos de R\$1.115 e no MTM (mark to market) gerou a despesa de R\$954. O ajuste de *Swap* gerou uma despesa líquida de R\$3.688 para o mesmo período que mantém o custo a 103,5% do CDI.

A captação sob a Lei 4.131 junto ao Banco JP Morgan, apresentou, no trimestre, receita de variação cambial líquida de R\$4.616 e encargos de R\$841 e no MTM (mark to market) gerou a despesa de R\$2.461. O ajuste de *Swap* obteve uma despesa líquida de R\$4.822 para o mesmo período que mantém o custo a 98,3% do CDI.

Na controlada IEMadeira o ajuste positivo acumulado de *Hedge* (NDF) é de R\$1.901 e o ajuste negativo acumulado de *Hedge* (NDF) é de R\$2.920. Os saldos são proporcionais a participação da Companhia na controlada.

Notas Explicativas

26 Outras receitas (despesas) operacionais

Outras receitas (despesas) operacionais referem-se, substancialmente, à amortização do ágio incorporado da controladora (nota 9), no montante de R\$7.208.

27 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Em virtude do Regime Tributário de Transição (RTT) a Companhia e suas controladas IEMG, IENNE, IESul, Pinheiros e Serra do Japi estão apresentando resultados para fins fiscais. Os impostos estão sendo calculados conforme o regime de lucro real, exceto para as controladas IEMG e Serra do Japi que são calculadas conforme o regime de lucro presumido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	263.116	267.706	271.796	272.024
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(89.459)	(91.020)	(92.411)	(92.488)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Juros sobre Capital Próprio	21.743	22.335	21.743	22.335
Realização de perdas	(7.034)	-	(7.034)	-
Reversão da Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (nota 9)	4.757	4.757	4.757	4.757
Amortização deságio EPTE	-	1.444	-	1.444
Equivalência Patrimonial	11.355	2.165	-	-
Efeito adoção lucro presumido controladas (i)	-	-	5.627	-
Outros	626	(1.543)	626	(2.228)
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(58.012)	(61.862)	(66.692)	(66.180)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(69.371)	(63.292)	(69.645)	(63.593)
Diferido	11.359	1.430	2.953	(2.587)
	(58.012)	(61.862)	(66.692)	(66.180)
Alíquota efetiva	22,0%	23,1%	24,5%	24,3%

(i) Controlada IEMG - Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.

A alíquota utilizada nas apurações de 2012 e 2011 é a alíquota de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

Notas Explicativas

Ativos / (Passivos)	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Provisão para contingências	35.078	34.623	35.078	34.623
Contrato de concessão (ICPC 01)	(78.136)	(94.606)	(126.738)	(134.800)
Provisão para perdas (i)	27.921	35.926	27.921	35.926
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal	-	-	913	718
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais (ii)	-	-	(913)	(718)
Outras diferenças temporárias	24.513	22.075	24.513	22.075
Líquido	9.376	(1.982)	(39.226)	(42.176)
 Ativo	 9.376	 -	 9.376	 -
Passivo*	-	1.982	48.602	42.176

*Em 31 de março de 2012, o saldo do passivo consolidado refere-se ao saldo das controladas, por isso, não encontra-se líquido.

(i) Refere-se basicamente a provisão registrada em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$82.121, resultante do procedimento efetuado para atender o advento da Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009 que estabelece o "Novo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico" a Companhia efetuou inventário físico cadastral de todos os seus ativos físicos, este trabalho resultou na identificação de sobras contábeis e físicas, que ainda estão em processo de reconciliação. A Administração decidiu provisionar os valores de sobra contábil identificadas, até o momento, e ao término do trabalho de conciliação o saldo remanescente será reconhecido como perda efetiva. Para fins de IFRS este valor foi ajustado pela revisão do valor justo dos ativos financeiros, registrados no contas a receber (ativo de concessão).

(ii) As controladas IENNE e IESul possuem prejuízos fiscais acumulados. Tendo em vista que essas controladas não apresentam histórico de lucro tributável, uma vez que a operação comercial é recente, a administração decidiu por provisionar a totalidade do imposto de renda e contribuição social diferidos.

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perda, no prazo médio estimado de 5 anos.

Notas Explicativas

28 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	31.03.2012		31.12.2011		31.03.2012	31.03.2011
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Benefícios de curto prazo*	Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	(1.402)	(1.315)
Dividendos	ISA Capital	-	39.579	-	84.827	-	-
	IEMG	529	-	529	-	-	-
Sublocação	ISA Capital	46	-	43	-	70	56
	IEMG	-	-	7	-	10	4
	IENNE	-	-	8	-	16	28
	Pinheiros	-	-	-	-	19	10
	IESul	-	-	5	-	10	22
	Serra do Japi	-	-	15	-	33	8
Prestação de serviços	ISA Capital	7	-	-	-	22	22
	IEMG	-	-	-	-	-	264
	Pinheiros	98	-	30	-	181	-
	IEMadeira	-	-	3.226	-	-	-
Mútuo financeiro	Pinheiros	-	-	-	-	-	543
	Serra do Japi	-	-	-	-	-	353

*Referente aos honorários da administração, conforme divulgado na demonstração do resultado da Companhia e no consolidado apresenta saldo de R\$1.795 (R\$1.586 em 31 de março de 2011).

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela ISA Capital e pelas controladas no edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, entre outras.

Em 2008, foi assinado contrato de prestação de serviços com a ISA Capital abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento da folha de pagamento.

Em 2009, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da IEMG. Em 2011, foi assinado termo de distrato, determinando a cessação da prestação do serviço.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a Pinheiros no valor total de até R\$100.000, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de até 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 31 de março de 2012, não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a Serra do Japi no valor total de até R\$55.500, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 31 de março de 2012, não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da Pinheiros.

Notas Explicativas

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de Consultoria Técnica de Suporte à Gestão dos Serviços de Engenharia do Proprietário, a serem executados pela IEMadeira e/ou por empresas por ela contratadas.

Essas operações são realizadas em condições específicas, negociadas contratualmente entre as partes.

29 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos principais instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Ativos financeiros				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	173.748	151.021	208.432	207.295
Instrumentos Financeiros Derivativos				
Circulante	-	-	1.223	1.673
Não circulante	43.083	53.736	43.761	54.195
Empréstimos e recebíveis				
Contas a Receber				
Circulante	1.485.276	1.434.110	1.552.516	1.474.794
Não circulante	3.349.404	3.423.417	5.427.829	5.335.027
Valores a receber – Secretaria da Fazenda				
Circulante	8.697	14.906	8.697	14.906
Não circulante	862.575	810.750	862.575	810.750
Créditos com controladas	98	3.291	-	-
Cauções e depósitos vinculados	65.613	61.886	65.613	61.886
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	891.766	693.472	1.292.618	1.007.673
Não circulante	607.925	653.233	929.192	984.264
Debêntures				
Circulante	183.375	168.217	407.577	389.825
Não circulante	390.710	389.636	390.710	389.636
Fornecedores	30.718	48.781	55.121	83.056
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	121.230	232.156	121.230	232.156
Valor justo através do resultado				
Instrumentos Financeiros Derivativos				
Circulante	23.449	27.226	23.449	27.226
Não circulante	-	-	-	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo, sendo que esses foram valorizados conforme Nível II, como requerido pelo CPC vigente.

A Companhia celebrou em 26 de abril e 17 de outubro de 2011, contrato de Instrumentos Financeiros derivativos *Swap*, como proteção para o risco de taxa de câmbio, designado à cobertura do risco de taxa de câmbio da Contratação do Empréstimo em Moeda Estrangeira nos termos da Lei nº 4131 de 03/09/1962.

A controlada IEMadeira celebrou em 29 de abril de 2011, contrato de instrumento financeiro derivativo (NDF), designado à cobertura de risco de taxa de câmbio para a contração de fornecimento de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio.

Notas Explicativas

A Companhia e sua controlada IEMadeira classificam os derivativos contratados como *Hedge* de Valor Justo (*Fair Value Hedge*), segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38 e na Norma Internacional IAS 39. A Companhia adotou o “*Hedge Accounting*” para suas operações contratadas.

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos e Diretrizes de Riscos Financeiros da Companhia e suas controladas. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento deste risco, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotado pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

				Controladora
Ativos e passivos	Vencimento	Valor de referência (Nocional)	Valor Justo	Valor a receber (pagar)
		31.03.2012	31.03.2012	31.03.2012
Posição ativa:				
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2013	119.572	119.572	-
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	157.804	157.804	-
Posição passiva:				
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2013	(119.572)	(102.008)	17.564
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	(157.804)	(155.734)	2.070
Valor líquido		-	19.634	19.634
Ativo não circulante				43.083
Passivo circulante				(23.449)
				Consolidado
Ativos e passivos	Vencimento	Valor de referência (Nocional)	Valor Justo	Valor a receber (pagar)
		31.03.2012	31.03.2012	31.03.2012
Posição ativa:				
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2013	119.572	119.572	-
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	157.804	157.804	-
NDF (Instituições Financeiras)	Junho a setembro de 2013	35.678	37.579	1.901
		313.054	314.955	1.901
Posição passiva:				
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2013	(119.572)	(102.008)	17.564
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	(157.804)	(155.734)	2.070
NDF (Fornecedor)	Junho a setembro de 2013	(35.678)	(35.678)	-
		(313.054)	(293.420)	19.634
Valor líquido		-	21.535	21.535
Ativo circulante				1.223
Ativo não circulante				43.761
Passivo circulante				(23.449)

Notas Explicativas

(b) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

• Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	891.766	693.472	1.292.618	1.007.673
Não circulante	607.925	653.233	929.192	984.264
Debêntures				
Circulante	183.375	168.217	407.577	389.825
Não circulante	390.710	389.636	390.710	389.636
Dívida total	2.073.776	1.904.558	3.020.097	2.771.398
Caixa e equivalentes de caixa	173.748	151.021	208.432	207.295
Dívida líquida	1.900.028	1.753.537	2.811.665	2.564.103
Patrimônio líquido	4.630.626	4.539.434	4.630.626	4.539.434
Índice de endividamento líquido	41,0%	38,6%	60,7%	56,5%

A CTEEP e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento. As companhias estão adimplentes com todas as cláusulas e exigências dos contratos, conforme mencionados nas notas explicativas 14 e 15.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e suas controladas podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia e suas controladas mantem contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 216 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão – DIT com 30 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica, a cada quatro anos (nota 23.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (notas 14 e 15).
- (iv) **Risco de taxa de câmbio** – A Companhia eliminou o risco da taxa de câmbio do seu passivo, contratando Instrumento Derivativo *Swap*, designado como *hedge* de valor justo do Contrato de Empréstimo em Moeda estrangeira (nota 14(c)). A sua controlada IEMadeira eliminou o risco de taxa de câmbio, contratando instrumento de derivativo, designado como *hedge* de valor justo. A Companhia e suas controladas não possuem contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira. Demais exposições aos efeitos de oscilações cambiais são consideradas irrelevantes e correspondem a eventuais importações de equipamentos.

Notas Explicativas

- (v) **Risco de captação** – A Companhia e suas controladas poderão no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.
- (vi) **Risco de seguros** – A Companhia e suas controladas contratam seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Entretanto, face às dificuldades em contratar seguradoras para cobrir eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica, estas não fazem seguros contra esses riscos. Assim sendo, eventuais danos ocorridos nas linhas de transmissão poderão acarretar custos e investimentos adicionais significativos.
- (vii) **Risco de liquidez** – A principal fonte de caixa da Companhia e suas controladas é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

(d) Análise de sensibilidade

Em conformidade com a instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos demais riscos descritos anteriormente.

Na Companhia o risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos de passivo dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Foram realizadas captações no mercado internacional através das emissões de CCB Internacional, em abril de 2011 no montante de US\$63,7 milhões, e *Commercial Paper* em outubro de 2011 no montante de US\$85,7 milhões (nota 14 (c)). Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o fluxo de caixa, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos *Swap - hedge* cambial, representando 100% do principal desses endividamentos.

Na sua controlada IEMadeira o risco decorre da possibilidade da perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos dos contratos de fornecimentos de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio em moeda estrangeira. Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o seu fluxo de caixa, a controlada IEMadeira possui instrumentos financeiros derivativos - *hedge* cambial, representando 100% do valor principal desse endividamento.

Para fins de definição de um cenário provável da análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, juros e índice de preços utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico financeiro de longo prazo da Companhia. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macroeconômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Companhia, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, considera como cenário provável a cotação da taxa de câmbio e de juros em 30 junho de 2012, que são informadas nos quadros de Riscos de variação cambial e Riscos de juros. Sobre essas taxas foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% e 50%.

Notas Explicativas

Risco de Variação Cambial - Efeitos no Fluxo de Caixa - Controladora

R\$ Mil						
Operação	Risco	Cenário Provável	Com apreciação da taxa		Com depreciação da taxa	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos e Passivos Financeiros						
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	113.529	141.911	170.293	85.146	56.764
Commercial Paper (JP Morgan)	USD	149.826	187.283	224.740	112.369	74.913
Swap Ponta Ativa – CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(113.529)	(141.911)	(170.293)	(85.146)	(56.764)
Swap Ponta Ativa – Commercial Paper (Banco JP Morgan)	USD	(149.826)	(187.283)	(224.740)	(112.369)	(74.913)
Variação		-	-	-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros		Apreciação / (depreciação) da taxa	25%	50%	(25%)	(50%)
Taxa do Dólar USD/R\$ (junho de 2012)		1,73	2,16	2,59	1,29	0,86

Risco de Variação Cambial - Efeitos no Fluxo de Caixa - Consolidado

R\$ Mil						
Operação	Risco	Cenário Provável	Com apreciação da taxa		Com depreciação da taxa	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos e Passivos Financeiros						
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	113.529	141.911	170.293	85.146	56.764
Commercial Paper (JP Morgan)	USD	149.826	187.283	224.740	112.369	74.913
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	GBP	33.622	42.149	50.555	25.216	16.811
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	USD	2.278	2.844	3.411	1.698	1.132
Swap Ponta Ativa – CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(113.529)	(141.911)	(170.293)	(85.146)	(56.764)
Swap Ponta Ativa – Commercial Paper (Banco JP Morgan)	USD	(149.826)	(187.283)	(224.740)	(112.369)	(74.913)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	GBP	(33.622)	(42.149)	(50.555)	(25.216)	(16.811)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	USD	(2.278)	(2.844)	(3.411)	(1.698)	(1.132)
Variação		-	-	-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros		Apreciação / (depreciação) da taxa	25%	50%	(25%)	(50%)
Taxa do Dólar USD/R\$ (junho 2012)		1,73	2,16	2,59	1,29	0,86
Taxa da Libra GBP/R\$		2,76	3,46	4,15	2,07	1,38

Notas Explicativas

Risco de Juros - Efeitos no Fluxo de Caixa - Controladora						
		R\$ Mil				
Operação	Risco	Cenário Provável	Risco de Elevação dos Indexadores		Risco de Queda dos Indexadores	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	101% CDI	106	131	156	80	54
Passivos financeiros						
Notas Promissórias - 5º emissão	CDI + 0,48%	7.388	9.071	10.728	5.680	3.945
Notas Promissórias - 6º emissão	104,9% CDI	9.207	11.417	13.592	6.962	4.680
Debêntures 1º série	CDI + 1,30%	12.581	15.210	17.801	9.910	7.198
Debêntures 2º série	IPCA + 8,10%	2.362	2.604	2.842	2.119	1.873
FINEM BNDES (i) e (ii)	TJLP + 1,80 a 2,30%	9.710	11.453	13.179	7.948	6.166
Derivativos						
Swap IBBA e JP Morgan (Posição MTM)	98,30 a 103,5% CDI	5.560	6.896	8.212	4.203	2.824
Efeito líquido da variação		(46.702)	(56.520)	(66.198)	(36.742)	(26.632)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros						
100% CDI (junho de 2012)		8,88%	11,10%	13,32%	6,66%	4,44%

Risco de Juros - Efeitos no Fluxo de Caixa - Consolidado						
		R\$ Mil				
Operação	Risco	Cenário Provável	Risco de Elevação dos Indexadores		Risco de Queda dos Indexadores	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	99,5 a 101% CDI	297	368	438	224	151
Passivos financeiros						
Notas Promissórias - 5º emissão	CDI + 0,48%	7.388	9.071	10.728	5.680	3.945
Notas Promissórias - 6º emissão	104,9% CDI	9.207	11.417	13.592	6.962	4.680
Debêntures 1º série	CDI + 1,30%	12.581	15.210	17.801	9.910	7.198
Debêntures 2º série	IPCA + 8,10% TJLP + 1,80 a 2,30%	2.362	2.604	2.842	2.119	1.873
FINEM BNDES (i) e (ii)		9.710	11.453	13.179	7.948	6.166
Banco Bradesco	CDI + 2,0% TJLP + 1,55 a 2,80%	116	139	161	93	70
BNDES (Controladas)		12.273	14.361	16.426	10.164	8.032
Debêntures IEMadeira	106,5% CDI	5.123	6.351	7.560	3.874	2.605
Derivativos						
Swap IBBA e JP Morgan (Posição MTM)	98,30 a 103,5% CDI	5.560	6.896	8.212	4.203	2.824
Efeito líquido da variação		(64.023)	(77.134)	(90.063)	(50.729)	(37.242)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros						
100% CDI (junho de 2012)		8,88%	11,10%	13,32%	6,66%	4,44%

Notas Explicativas

30 Compromissos assumidos - Arrendamentos mercantis operacionais

Os principais compromissos assumidos pela Companhia e suas controladas estão relacionados às operações de arrendamento mercantil operacional de veículos e equipamentos de informática, cujos pagamentos mínimos futuros, no total e para cada um dos períodos, é apresentado a seguir:

	31.03.2012	31.12.2011
Até um ano	6.210	6.210
Mais de um ano até cinco anos	6.449	8.002
	12.659	14.212

As operações de arrendamento mercantil envolvendo a Companhia como arrendatário são operações de sub-locação para com sua controladora e suas controladas, e estão divulgadas na nota 28 – transações com partes relacionadas.

31 Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Controladora			
Modalidade	Vigência	Importância Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	01/09/11 a 01/09/12	2.401.635	2.643
Responsabilidade Civil Geral (b)	01/09/11 a 01/09/12	20.000	223
Transportes Nacionais (c)	30/09/11 a 30/09/12	260.411	28
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/11 a 01/05/12	30.262	1
Automóveis (e)	02/03/12 a 02/03/13	Valor de mercado	30
			2.925

Consolidado			
Modalidade	Vigência	Importância Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	05/10/11 a 18/01/13	2.660.977	2.977
Responsabilidade Civil Geral (b)	15/01/11 a 19/12/12	36.000	578
Transportes Nacionais (c)	16/07/09 a 15/12/12	277.430	47
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/11 a 01/05/12	30.262	1
Automóveis (e)	02/03/12 a 02/03/13	Valor de mercado	30
			3.633

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme o contrato de Concessão nº 059/2001, Cláusula Quarta, Oitava Sub-Claúsula, Inciso II, Item D, onde a transmissora deverá manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à Transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Notas Explicativas

- (c) **Transportes Nacionais** - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.
- (d) **Acidentes Pessoais Coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.
- (e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão. Consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

32 Ação de cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - “Eletropaulo”), referente a saldo de contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e consignou em pagamento, depositando judicialmente os valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRAS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRAS referente ao saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a este saldo.

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria titular do ativo transferido e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente ao valor demandado judicialmente pela ELETROBRAS. Em outubro de 2001, a ELETROBRAS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$ 429 milhões da Eletropaulo e R\$49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRAS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRAS foram interpostos pela CTEEP.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia excluído a Eletropaulo do pólo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRAS.

Em decorrência do referido provimento do Superior Tribunal de Justiça, em 04 de dezembro de 2006, a Eletropaulo ofertou embargos de declaração, os quais foram rejeitados, conforme acórdão publicado em 16 de abril de 2007, bem como os Recursos Especial e Extraordinário que mantiveram a decisão do Superior Tribunal de Justiça, cujo trânsito em julgado ocorreu em 30 de outubro de 2008. Diante dessas decisões entendendo descabida a Exceção de Pré-Executividade ofertada pela Eletropaulo, a ação de execução movida pela ELETROBRAS segue seu curso normal na forma originalmente proposta.

A CTEEP com o fulcro de viabilizar uma dilação probatória para apurar a efetiva responsabilidade atribuída no protocolo de cisão parcial propôs ação declaratória em face das demais partes envolvidas em conexão com a ação de execução. Nenhuma alteração substancial ocorreu no processo em trâmite, relativo a este caso.

Notas Explicativas

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é titular apenas do depósito judicial a ela transferido como ativo constituído em 1988, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Companhia não constituiu provisão para a contingência, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRAS.

33 Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplica-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado fosse detentor da maioria das ações e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003.

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da Secretaria da Fazenda do Estado, repassados por meio da CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a Secretaria da Fazenda passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a interveniência da CTEEP e da Fundação CESP.

Decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo foi comunicada à CTEEP, em 11 de julho de 2005 deferindo a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela CTEEP. Para o cumprimento das decisões judiciais, a CTEEP requer mensalmente os recursos necessários à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários.

A Secretaria da Fazenda do Estado vem repassando à CTEEP, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho.

Em decorrência dos fatos acima tratados e por força da citada decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, a CTEEP repassou à Fundação CESP no período de janeiro de 2005 a março de 2012, o valor de R\$2.025.761 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da Secretaria da Fazenda do Estado o valor de R\$1.319.781 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela Secretaria da Fazenda, no montante de R\$688.257 (nota 7 (c)), foi requerida pela Companhia inicialmente em processo administrativo, tendo sido proposta em dezembro de 2010 a competente ação judicial de cobrança contra a Fazenda do Estado de São Paulo. Nenhuma alteração substancial ocorreu nos processos em trâmite, relativos a este caso.

A CTEEP continua empenhada em tornar nula a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia. Em decorrência destes fatos, a Companhia registra essa diferença como valores a receber da Fazenda do Estado (nota 7 (c)).

Notas Explicativas

34 Eventos subsequentes

(a) Ratificação de pagamento de dividendos

A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 16 de abril de 2012, ratificou os pagamentos de dividendos e de juros sobre capital próprio deliberados pelo Conselho de Administração e deliberou pelo pagamento, em 30 de abril de 2012, do saldo dos dividendos referentes ao lucro de 2011, no montante de R\$31.349, correspondente a R\$0, 205349 por ação (nota 22 (d)).

(b) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Em 30 de abril de 2012 a Companhia efetuou o pagamento e/ou deixou à disposição os dividendos e juros sobre capital próprio deliberados em reunião do Conselho de Administração em 29 de março de 2012 (nota 22 (b)).

* * *

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA COMPANHIA

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física.

Os principais acionistas da Companhia são como segue:

31.03.2012					
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade %
Controlador					
ISA Capital do Brasil S.A	57.715.128	89,50	-	-	57.715.128 37,81
Administradores					
Diretores	-	-	-	-	- -
Conselho de Administração	93	-	1.100	-	1.193 -
Conselho Fiscal	-	-	-	-	- -
	93	-	1.100	-	1.193 -
Total do Bloco de Controle	57.715.221	89,50	1.100	-	57.716.321 37,81
Ações em Circulação					
Governo do Estado de São Paulo					
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (i)	-	-	9.338.731	10,59	9.338.731 6,12
Governo Federal					
Centrais Elétricas Brasileiras S. A – ELETROBRÁS (ii)	6.289.661	9,75	47.495.068	53,86	53.784.729 35,23
Outros (iii)	479.551	0,75	31.342.233	35,55	31.821.784 20,85
Total das Ações em Circulação	6.769.212	10,50	88.176.032	100,00	94.945.244 62,20
Capital Total	64.484.433	100,00	88.177.132	100,00	152.661.565 100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

(iii) Inclui acionistas que, individualmente, são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

31.03.2011						
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Controlador						
ISA Capital do Brasil S.A	57.093.869	89,40	-	-	57.093.869	37,60
Administradores						
Diretores	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	93	-	4.400	-	4.493	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
	93	-	4.400	-	4.493	-
Total do Bloco de Controle	57.093.962	89,40	4.400	-	57.098.362	37,60
Ações em Circulação						
Governo do Estado de São Paulo						
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (i)	-	-	9.338.731	10,62	9.338.731	6,15
Governo Federal						
Centrais Elétricas Brasileiras S. A – ELETROBRAS (ii)	6.289.661	9,85	47.495.068	53,99	53.784.729	35,42
Outros (iii)	476.890	0,75	31.130.268	35,39	31.607.158	20,82
Total das Ações em Circulação	6.766.551	10,60	87.964.067	100,00	94.730.618	62,40
Capital Total	63.860.513	100,00	87.968.467	100,00	151.828.980	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

2. Posição acionária por espécie e classe, de todo aquele que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física

31.03.2012						
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ISA Capital do Brasil S. A.						
ISA Interconéxion						
Elétrica S.A. E.S.P. (a)	840.624.995	100,00	-	-	840.624.995	58,60
Banco HSBC	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Banco Votorantim	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Demais acionistas	5	-	-	-	5	-
	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>	<u>593.844.504</u>	<u>100,00</u>	<u>1.434.469.504</u>	<u>100,00</u>
(a) ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P.						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresa Pública de Medellín E.S.P. (c)	112.605.547	10,17	-	-	112.605.547	10,17
Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPEL (d)	58.925.480	5,32	-	-	58.925.480	5,32
Demais acionistas	366.674.306	33,10	-	-	366.674.306	33,10
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
(b) Ministério de Hacienda Y Crédito Público						
Público (Governo Nacional da Colômbia)	3.008.720	100,00	-	-	3.008.720	100,00
	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>
(c) Empresa Pública de Medellín E.S.P.						
Município de Medellín	4.223.308	100,00	-	-	4.223.308	100,00
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>
(d) Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPEL						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público	357.536.508.313	88,50	-	-	357.536.508.313	88,50
Demais acionistas	41.116.698.456	11,50	-	-	41.116.698.456	11,50
	<u>398.653.206.769</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>398.653.206.769</u>	<u>100,00</u>

(i) As Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás é uma Companhia aberta com código de registro CVM nº 2437.

(ii) O acionista “Governo do Estado de São Paulo” tem suas funções atribuídas por decreto estadual de administração tributária, financeira e creditícia, controle interno do Poder Executivo e execução orçamentária. As atribuições do acionista “Governo do Estado de São Paulo” estão regulamentadas no

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

decreto nº 49.900 de 2 de julho de 1968, o qual determina sua responsabilidade político – administrativa nas áreas tributária, financeira e de controle interno do Governo do Estado de São Paulo.

31.03.2011						
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ISA Capital do Brasil S. A.						
ISA Interconéxion						
Elétrica S.A. E.S.P. (a)	840.624.995	100,00	-	-	840.624.995	58,60
Banco HSBC	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Banco Votorantim	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Demais acionistas	5	-	-	-	5	-
	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>	<u>593.844.504</u>	<u>100,00</u>	<u>1.434.469.504</u>	<u>100,00</u>
(a) ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P.						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresa Pública de Medellín E.S.P. (c)	112.605.547	10,17	-	-	112.605.547	10,17
Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL (d)	58.925.480	5,32	-	-	58.925.480	5,32
Demais acionistas	366.674.306	33,10	-	-	366.674.306	33,10
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
(b) Ministério de Hacienda Y Crédito Público						
Público (Governo Nacional da Colômbia)	3.008.720	100,00	-	-	3.008.720	100,00
	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>
(c) Empresa Pública de Medellín E.S.P.						
Município de Medellín	4.223.308	100,00	-	-	4.223.308	100,00
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>
(d) Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL						
Ministério da Hacienda Y Crédito Público	2.704.846	89,90	-	-	2.704.846	89,90
Demais acionistas	303.882	10,10	-	-	303.882	10,10
	<u>3.008.728</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.728</u>	<u>100,00</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e empresas controladas ("CTEEP" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 33, a Lei 4.819/58 concedeu aos servidores das empresas sob controle do Estado de São Paulo as vantagens já concedidas aos demais servidores públicos, com destaque para a complementação de aposentadoria e concessão de pensões, e estabeleceu que as despesas decotes da mesma são de responsabilidade integral do Governo do Estado de São Paulo. A operacionalização dos pagamentos envolve a Fundação CESP, que prepara a folha de pagamento e o Governo do Estado de São Paulo, que repassa o valor à CTEEP (que por sua vez repassa à Fundação CESP para que efetue o pagamento ao beneficiário final). Esse tem sido o procedimento desde a criação da CESP que criou a CTEEP e, até dezembro de 2003, foi integralmente cumprido por todas as partes. A partir de 2004, o Governo do Estado de São Paulo requereu o direito de processar a folha de pagamento e efetuar o pagamento aos beneficiários diretamente. Entretanto, a Fazenda do Estado de São Paulo, diante de parecer emitido pela Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo passou a glosar parte dos benefícios pagos aos aposentados e, desde então, tem gerado o contas a receber junto ao Governo do Estado de São Paulo, conforme mencionado na nota explicativa 7.c) e 7.d), uma vez que a Companhia efetua o pagamento das parcelas glosadas para integralizar os benefícios, conforme requerido pela decisão da 49ª Vara do Trabalho. A Administração da Companhia, além de ampla e fortemente amparada por opinião de seus assessores legais e, também baseada no fato que a Fazenda do Estado de São Paulo não discute sua integral responsabilidade de prover os recursos financeiros pelos pagamentos dos benefícios relacionados à aplicação da Lei 4.819/58 por ele instituída, entende que nenhuma obrigação ou provisão para perdas em relação ao contas a receber deve ser registrada nas informações contábeis da Companhia.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (Companhia), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o Capítulo VI do Art. 163 da Lei nº 6.404/76, analisou as Informações Trimestrais – ITR da Companhia relativas ao primeiro trimestre de 2012. Com fundamento na análise realizada e no relatório de revisão especial dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião que as informações trimestrais retratam a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 11 de maio de 2012

Manuel Domingues de Jesus e Pinho

Antonio Luiz de Campos Gurgel

Flavio Cesar Maia Luz

Egidio Schoenberger

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Formulário de Informações Trimestrais

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com o Formulário de Informações Trimestrais.

São Paulo, 08 de maio de 2012

César Augusto Ramírez Rojas
Presidente

Pío Adolfo Bárcena Villarreal
Diretor Administrativo

Marcio Lopes Almeida
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Celso Sebastião Cerchiari
Diretor de Operações

Jorge Rodríguez Ortiz
Diretor de Empreendimentos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório da Revisão Especial dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Revisão Especial dos auditores independentes.

São Paulo, 08 de maio de 2012

César Augusto Ramírez Rojas
Presidente

Pío Adolfo Bárcena Villarreal
Diretor Administrativo

Marcio Lopes Almeida
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Celso Sebastião Cerchiari
Diretor de Operações

Jorge Rodríguez Ortiz
Diretor de Empreendimentos